

Literária **A LAVOURA**

Suplemento da edição de Nov./Dez. 81
Ano LXXXIV

**Suplemento especial comemorativo do 85.º aniversário
da Sociedade Nacional de Agricultura**

**Um número
cheio de
fazendeiros
do ar:**



**Carlos Drummond de Andrade • Fernando Sabino
Adonias Filho • Otto Lara Resende • Rubem Braga
Paulo Mendes Campos**

Ziardo



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897 - RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA PELA LEI N.º 3549 DE 16/10/1918

AVENIDA GENERAL JUSTO, 171 - 2.º ANDAR - CEP 20.021 - RIO DE JANEIRO - BRASIL
TELEFONES: (021) 240-4149 e 240-4573 END. TELEG. "VIRIBUSUNITS" - CAIXA POSTAL 1.245

Diretoria geral

Presidente	Octavio Mello Alvarenga
1.º Vice-Presidente	Gilberto Conforto
2.º Vice-Presidente	Osuná Sócrates de Araujo Almeida
3.º Vice-Presidente	Alfredo Lopes Martins Neto
4.º Vice-Presidente	Antonio Evaldo Inojosa de Andrade
1.º Secretário	José Motta Maia
2.º Secretário	Otto Lyra Schrader
3.º Secretário	Luis Emygdio Mello Filho
1.º Tesoureiro	Joel Naegele
2.º Tesoureiro	João Buchaul
3.º Tesoureiro	Carlos Elysio A. Góes de Araújo

Diretoria Técnica

- 01) José Carlos Vieira Barbosa
- 02) Acyr Campos
- 03) Geraldo Coutinho
- 04) Lelivaldo Antonio de Brito
- 05) Severino Veloso de Carvalho
- 06) José Carlos Fonseca
- 07) Carlos Arthur Repsold
- 08) Fausto Alta Gal
- 09) Sergio Carlos Lupatelli
- 10) João Renato Baeta Neves
- 11) Luiz Guimarães Neto
- 12) Fernando Pegoraro Barcelos
- 13) Marco Aurélio Andrade Correa Machado
- 14) Hélio de Almeida Brum
- 15) Ediraldo Matos Silva

Vitalicios

- 01) Otto Frensel
- 02) Geraldo Goulart da Silveira

Conselho superior

Cadeira	Patrono	Titular
1	Ennes de Souza	Raphael da Silva Xavier
2	Moura Brasil	Fausto Alta Gal
3	Campos da Paz	Geraldo Goulart da Silveira
4	Barão de Capanema	Hélio Raposo
5	Antonio Fialho	Luiz Marques Pollano
6	Wenceslão Bello	Arménio da Rocha Miranda
7	Sylvio Rangel	João de Souza Carvalho
8	Pacheco Leão	João Buchaul
9	Lauro Müller	Carlos Arthur Repsold
10	Miguel Calmon	Edmundo Campelo Costa
11	Lyra Castro	Paulo Agostinho Neiva
12	Augusto Ramos	Edgard Teixeira Leite
13	Simões Lopes	Luiz Simões Lopes
14	Eduardo Cotrim	Theodorico Assis Ferraço
15	Pedro Osório	Luiz Fernando Cirne Lima
16	Traiano de Medeiros	
17	Paulino Cavalcanti	Luiz Guimarães Junior
18	Fernando Costa	Ruffino D'Almeida Guerra Filho
19	Sergio de Carvalho	Jalmiréz Guimarães Gomes
20	Gustavo Dutra	Oswaldo Ballarin
21	José A. Trindade	Carlos Infante Vieira
22	Ignácio Tosta	João Carlos Feveret Porto
23	José Saturnino Brito	Fábio Luz Filho
24	José Bonifácio	Octávio Mello Alvarenga
25	Luiz de Queiroz	José Resende Peres
26	Carlos Moreira	Charles Frederick Robbs
27	Alberto Sampalo	
28	Navarro de Andrade	Gilberto Conforto
29	Alberto Torres	Romulo Cavina
30	Sa Fortes	Otto Frensel
31	Theodoro Peckolt	Renato da Costa Lima
32	Ricardo de Carvalho	Otto Lyra Schrader
33	Barbosa Rodrigues	Carlos Helvídio A. dos Reis
34	Gonzaga de Campos	Amaro Cavalcanti
35	Américo Braga	
36	Epaminondas de Souza	Apolônio Sales
37	Mello Lettão	Armando David F. Lima
38	Aristides Caire	Milton Freitas de Souza
39	Vital Brasil	Flávio da Costa Britto
40	Getúlio Vargas	João Batista Lusardo

Comissão fiscal

Efetivo	Suplentes
01) Amaro Cavalcanti	01) José Teixeira Garcia
02) Elvo Santoro	02) Francisco Jacob Gayoso de Almeida
03) Célio Pereira Ribeiro	03) Jefferson D'Almeida

Primícias do Ano Novo

OCTAVIO MELLO ALVARENGA

O

s sócios e amigos da Sociedade Nacional de Agricultura recebem um presente diferente do 85.º aniversário da SNA: uma safra literária de primeiríssima qualidade. Quatorze escritores brasileiros compuseram uma antologia extremamente curiosa, quer pela peculiaridade dos textos enviados, quer pela singularidade de alguns deles.

Por exemplo: o piloto-da-terra Carlos Drummond de Andrade "em lugar de um poema rural requeijado" preferiu praticar uma prospeção memorialística sobre a "Fazenda do Pontal", deixando à mostra a exatidão do que (mais adiante) irá observar Paulo Mendes Campos em sua mineirograve e erudita "Lavourea Literária", ao sublinhar quanto existe em Carlos Drummond de Andrade de uma dor de "saude (crítica) de fazenda", e a uma "repulsa (poética) pela transformação dum fundo rural em quadrilátero férreo".

Outra surpresa. O polêmico e multifário Hélio Pellegrino invés de um texto panfletário enviou-nos um poema: "Boi na Chuva".

Adonias Filho poderia ter-se debruçado sobre o drama do cacau que conhece como ninguém. Pois em lugar de rota doméstica preferiu vôo internacional até a "Fazenda Malabar", do grande romancista norte-americano Louis Bromfield.

Para a apresentação de tantos valores somente poderia prevalecer o critério da ordem alfabética.

Daí o ziguezague da espaçonave litero-agrária que partindo de Malabar aterrisou na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, onde Fernando Sabino procurava um agrônomo suíço. Descendo Bahia e subindo Floresta, em viatura terráquea transformada, o ex-avião (ou aeroplano, como se diz em Doris do Indaia) vai até a rua Pouso Alegre, onde o historiador Francisco Iglésias visando tão só a apresentação do pintor Jarbas Juarez acabou por fazer uma análise do café, agradável ao paladar mais exigente.

Com as asas úmidas de chuva decolou de novo para encontrar a árvore de Natal de Marcos Vasconcelos e seus arroubos nacionalistas, à beira-mar plantada.

O próximo pouso foi Miracema, no Interior fluminense, onde Maria Alice Barroso ficcionista-denunciante de "um nome para matar" por pouco não acaba incluída na lista das futuras vítimas das truculências que relata.

Retorna, de novo a espaçonave à Belo Horizonte dos anos 30, de onde a garotinha Maria Julieta Drummond de Andrade se veria arrancada para um nono andar, próximo do Túnel Novo, para pasmo e aflição da futura escritora que recorda hortas e pomares em nostalgia já pacificada.

Mário da Silva Brito deixa de lado os desaforismos — e se agrariza.

Outra mineiridade: Otto Lara Resende, nascido em São João del Rei — que os barbacenenses alcunharam "São João dos Queijos" — se transfere para a antiga Curral del Rei, recordando sempre a fazenda "Boa Esperança" no longínquo Belo Vale.

O aeroporto de Cachoeiro do Itapemirim recebe o avião de Ziraldo. Há uma invasão de milho e super-safra de poesia, na crônica do velho-sempre-jovem Rubem Braga.

As duas últimas colaborações são de Sábato Magaldi e Wilson Figueiredo — ambos vitoriosos sobreviventes de um "Edifício" que se levantou, malgrado os ratos em perplexidade belorizontina, entre janeiro e junho de 1946, e cujas paredes-coqueiros, persistem na paisagem humana de ambos (vide notas P.S.)

Magaldi faz uma documentada incursão na dramaturgia brasileira, focalizando suas fidelidades aos temas agrícolas. Figueiredo, mais em tom de sobremesa, sorri da "essencialidade agrícola", presente (de verdade ou de Noel) na política — e nos políticos da Terra de Santa Cruz.

Agradecemos, de coração aberto, a tantos e tão bons autores terem atendido nosso convite.

P.S. (1.) "Edifício" foi uma revista literária cujos quatro números foram editados em Belo Horizonte, entre janeiro e junho de 1946. Estampava na capa o verso famoso "E agora, José?". Na apresentação, do número inicial outra epigrafe sugestiva, do mesmo C.D.A.
"... que século, meu Deus! diziam os ratos.
E começaram a roer o edifício" —

P.S. (2.) Os coqueiros, implicitamente, significam os encontros na Praça da Liberdade, onde tudo era discutido noites e madrugadas a dentro. "Saude" — como repete em suas páginas de evocação belorizontina o proustiano-sarcástico, o mineiríssimo Pedro Nava.

ZIRALDO ALVES PINTO



Nasceu em Caratinga, Minas Gerais, em 1932, e chegou a ser bacharel em Direito, carreira que abandonou depois de estreitar com sucesso, como humorista, em *A Cigarra*.

Colaborou na *Folha de Minas*, *O Cruzeiro*, o *Jornal do Brasil* (desde 1963). Preocupado em nacionalizar os quadrinhos, cria a *Turma do Pererê*, *Jeremias o Bom*, *Supermão*, *O Mineirinho*, *Os Zéreis*, etc. Em 1969 adere ao *Pasquim*, de que é hoje um dos diretores. Seus desenhos são publicados pelo mundo todo. Participa de campanhas publicitárias de importância, publica livros, faz peças de teatro. Tem o Prêmio Internacional de Humor de Bruxelas (1969) e o Prêmio Meeghentaller da SIP.

Em maio de 1981 almoçou na sede da SNA e nos ofereceu, de presente de Natal, a capa desta edição.

Sumário

Primícias do Ano Novo OCTAVIO MELLO ALVARENGA	3
Malabar ADONIAS FILHO	7
Notas sobre a Fazenda do Pontal CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	9
O Agrônomo Suíço FERNANDO SABINO	13
Projeções Artísticas do Café FRANCISCO IGLÊSIAS	15
Boi na Chuva HÉLIO PELLEGRINO	19
Xmas × Natal MARCOS DE VASCONCELLOS	21
Um Nome para Matar MARIA ALICE BARROSO	23
Canto de Galo MARIA JULIETA DRUMMOND DE ANDRADE	27
Momento Campestre MÁRIO DA SILVA BRITO	29
Verde é Verba OTTO LARA RESENDE	31
Lavoura Literária PAULO MENDES CAMPOS	33
Um Pé de Milho RUBEM BRAGA	37
O Homem do Campo no Palco SÁBATO MAGALDI	39
Essencialmente Agrícola WILSON FIGUEIREDO	41

ADONIAS FILHO



Nasceu em Itapife, na Bahia, em 1915. Filho de fazendeiros e ele mesmo produtor de cacau, utiliza frequentemente em suas obras as vivências que teve em contato com a natureza e os homens do campo.

*Segundo Ruth Silviano Brandão Lopes, das mais argutas intérpretes do romancista e crítico baiano, em toda a obra de Adonias Filho a violência chega a seu paroxismo nos casos de loucura e ódio ligados ao crime e à vingança gerando um círculo de ferocidade bastante nítido no texto de *Corpo Vivo*.*

A temática central da obra do autor é a terra, que se apresenta revestida de dimensões subjetivas.

*Nos comentários que escreveu sobre Louis Bromfield, especialmente para *A Lavoura*, se comprova seu valor como crítico e sua cultura metódicamente alicerçada.*

*Autor dos romances *Servos da Morte* (1946), *Memórias de Lazaro* (1952), *Corpo Vivo* (1962) e *O Forte* (1965). Em roda de amigos e emérito contador de casos — de verdade sempre, e com pimenta.*

Malabar

ADONIAS FILHO

Fazenda Malabar", de Louis Bromfield, é de fato um manifesto. O romancista norte-americano — que morreu em 1956 e, portanto, há vinte e cinco anos —, efetivamente um típico homem de Ohio, apesar de ter escrito um livro clássico sobre New York, será para sempre o autor de *Malabar Farm*. Agricultor nascido, definitivamente identificado com a Natureza, completa com "Fazenda Malabar" o ciclo das memórias aberto com *Pleasant Valley*. É através desse ciclo que, denunciando a civilização industrial, prova que o homem tem na agricultura o seu mais nobre trabalho. A verdade é que ninguém mais, a não ser um agricultor autêntico como Louis Bromfield, conseguiria escrever um livro como "Fazenda Malabar". E isso porque, de humanidade tão ampla que atinge terra, rios, árvores, animais e plantas, o seu livro vale realmente como um protesto.

Louis Bromfield, porém, ao escrevê-lo, não estava sozinho. Integrava-se numa das melhores tradições dos Estados Unidos que é a de servir à agricultura com respeito quase religioso. É estranho verificar-se que o amor à Natureza e a resistência à urbanização descontrolada, tenham em norte-americanos os maiores adeptos. É possível que isso explique porque, sendo a maior potência industrial do mundo, também são o maior país agrícola. Não seria por coincidência, aliás, que Thomas Jefferson e George Washington foram bons agricultores. É aí, nessa tradição, que se situa Louis Bromfield.

No extremo, porém, "Fazenda Malabar" é uma confissão. E, se repercute como um manifesto a favor da agricultura, a posição do escritor não é isolada a ponto de começar e terminar em Louis Bromfield. Lembro-me, por exemplo, de um poeta, Whitman. Não tenho como esquecer, porém, o filósofo da Natureza que será para sempre David Henry Thoreau. Servindo-se da linguagem de Virgílio, descoberto por Emerson que a ele se referia em carta a Carlyle, o retirado de Walden explica muito da complexa psicologia do seu povo. O que surpreende, entretanto, no encontro de Bromfield com Thoreau — quando ambos retornam ao campo para admiti-lo como a própria razão de ser da vida — é a contradição que subsiste no fundo da civilização norte-americana.

E, se Emerson pôde afirmar que Thoreau foi o "verdadeiro americano" e que *Walden* é um livro inspirado na tradição rural dos Estados Unidos, não tardaria a se hipertrofiar a cidade industrial que Louis Bromfield chamaria de "a praga da Nação". É verdade que Thoreau, ao contrário de Bromfield, foi um asceta que — em nome da Natureza — acabou por condenar o Estado, a Igreja e mesmo a

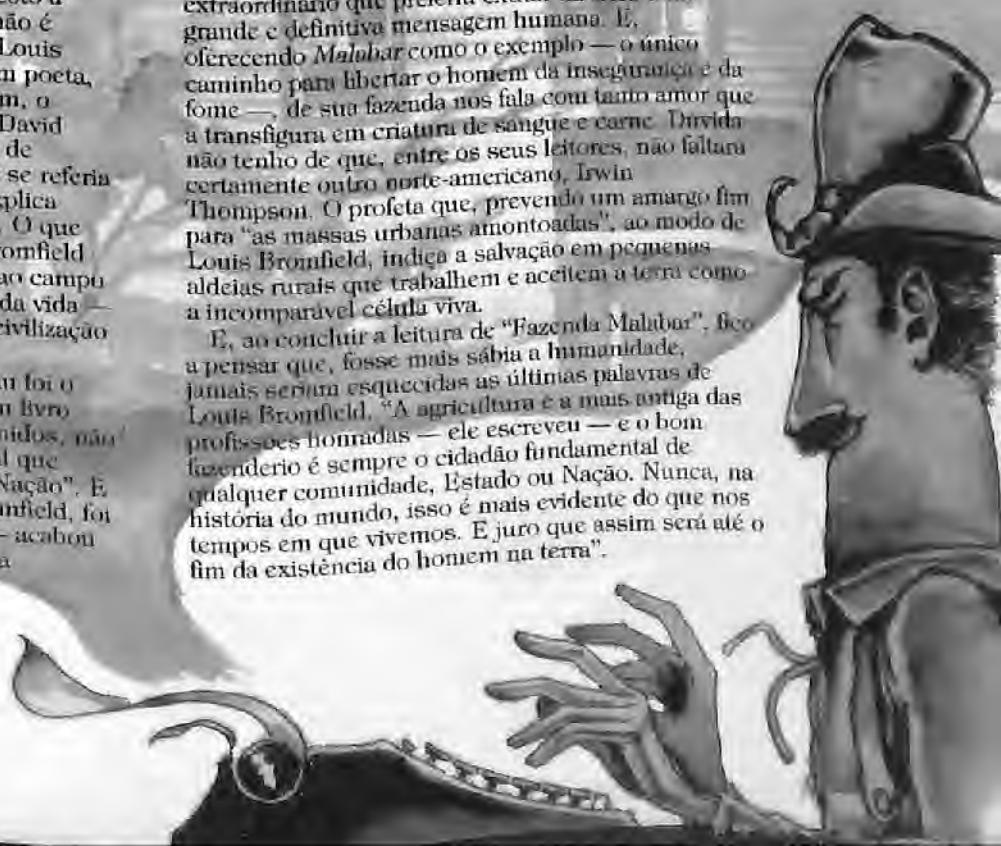
sociedade organizada. Tudo a se concluir pois, é que o autor de "Fazenda Malabar" restringiu-se à melhor tradição rural dos Estados Unidos.

Mas, se alguma coisa importa dizer no caso norte-americano, é que houve o aproveitamento literário dessa tradição rural, com exemplo no próprio Louis Bromfield. E, quando ele reanima episódios da fazenda, fala dos cães e dos coelhos, do gado e das galinhas, detendo-se para dissertar sobre as "chuvas frias tristes", outra coisa não faz senão se revelar tão "verdadeiro americano" quanto Thoreau. Em verdade, é um norte-americano tão legítimo quanto Donald Grant Mitchell, precisamente o autor de *Minha Fazenda de Edgewood*. E não menos legítimo que aquele outro fazendeiro que foi William Faulkner.

É possível que, escrevendo "Fazenda Malabar", Louis Bromfield tenha se inspirado na saga responsável pelo "cowboy" que, convertendo-se em herói cinematográfico, acabou por empolgar a própria civilização industrial dos Estados Unidos. Ele, esse herói, é um tipo social agrícola porque homem de pastoreio. O mito agrícola, como estamos a ver, sempre supera o aço e o petróleo. É desse ciclo folclórico, aliás, que se fez o ciclo do "cowboy" que, dentre centenas de ficcionistas, mobilizou alguém como O'Henry. E não foram outras as raízes que provocaram o grande e único mito literário norte-americano, precisamente o mito de Tarzan.

Largos e profundos, pois, os caminhos que levaram Louis Bromfield à fazenda Malabar. E por isso mesmo nada mais atual que o seu apelo para que o homem retorne à agricultura. Mas no livro em que o fazendeiro Louis Bromfield discute problemas agrícolas para relacioná-los com o nosso tempo, o que efetivamente sobressai é o escritor extraordinário que preferiu extrair da terra uma grande e definitiva mensagem humana. E, oferecendo *Malabar* como o exemplo — o único caminho para libertar o homem da insegurança e da fome —, de sua fazenda nos fala com tanto amor que a transfigura em criatura de sangue e carne. Divida não tenho de que, entre os seus leitores, não faltará certamente outro norte-americano, Irwin Thompson. O profeta que, prevendo um amargo fim para "as massas urbanas amontoadas", ao modo de Louis Bromfield, indica a salvação em pequenas aldeias rurais que trabalhem e aceitem a terra como a incomparável célula viva.

E, ao concluir a leitura de "Fazenda Malabar", fico a pensar que, fosse mais sábia a humanidade, jamais seriam esquecidas as últimas palavras de Louis Bromfield. "A agricultura é a mais antiga das profissões honradas — ele escreveu — e o homem fazendeiro é sempre o cidadão fundamental de qualquer comunidade, Estado ou Nação. Nunca, na história do mundo, isso é mais evidente do que nos tempos em que vivemos. E juro que assim será até o fim da existência do homem na terra".



CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE



Nasceu em Itabira do Mato Dentro (Minas Gerais) em 1902. A única dúvida que se pode levantar com relação a ele é se é o maior escritor vivo do Brasil, ou se é o maior poeta do nosso País, em qualquer tempo.

Numa carta de extraordinária grandeza humana, escrita em abril de 1981 a um amigo que perdera o Pai, o poeta tem um rasgo confessional: "Eu custei um pouco a compreender o meu, mas hoje vivemos os dois (pois ele vive em mim) numa comunicação total e silenciosa, tão boa!"

Reflexo indiscutível desta comunhão muda são as páginas que escreveu para A Lavoura, revivendo a "Fazenda do Pontal", que pertenceu a seu Pai, Carlos de Paula Andrade e passou, mais tarde, ao patrimônio de uma família que não a conservou. (Exceto no ar, "intacta, no ar").

O texto de CDA foi intercalado pela descrição da área, do próprio punho do Pai, da transcrição de um curioso contrato de locação de serviços, e da nota de protesto, possivelmente publicada à época, quando a propriedade foi invadida por lenheiros e fornecedores de lenha da cidade.

O texto que se segue será, daqui por diante, imprescindível aos exegetas do grande "latifundiário do ar".

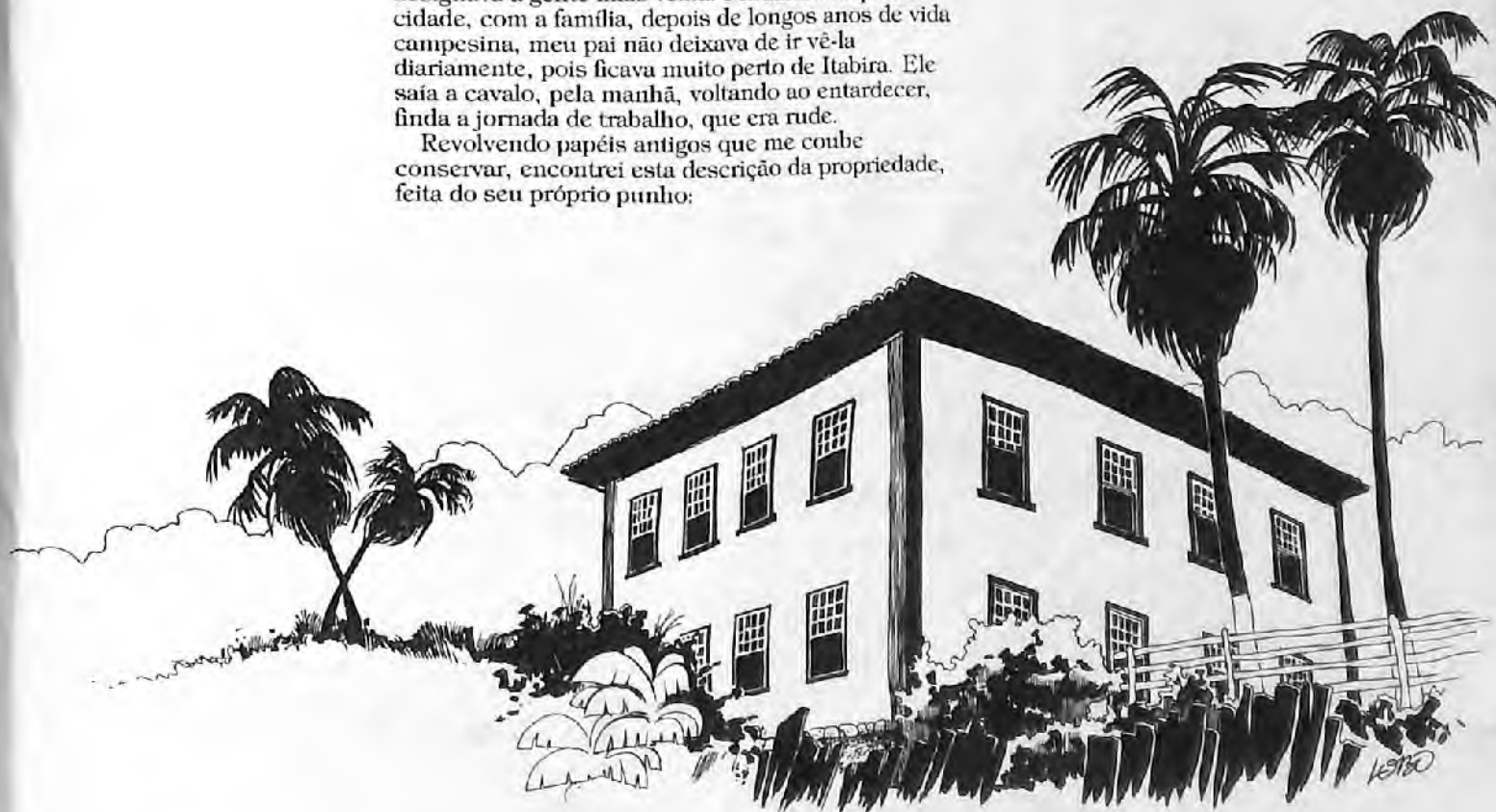
Notas sobre a Fazenda do Pontal

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Descendente de antiga família de fazendeiros de gado e lavoura, em Minas Gerais, nunca me interessei pela vida do campo e já agora, em idade avançada, sinto a nostalgia da vida rural que não conheci.

Das fazendas que meu pai possuiu, a mais próxima da cidade de Itabira, onde morávamos, era a do Pontal, conhecida anteriormente por Fazenda dos Doze Vintens, ou dos Doze, simplesmente, como a designava a gente mais velha. Mudando-se para a cidade, com a família, depois de longos anos de vida campesina, meu pai não deixava de ir vê-la diariamente, pois ficava muito perto de Itabira. Ele saía a cavalo, pela manhã, voltando ao entardecer, finda a jornada de trabalho, que era rude.

Revolvendo papéis antigos que me coube conservar, encontrei esta descrição da propriedade, feita do seu próprio punho:





"A Fazenda denominada Pontal, distrito da cidade de Itabira do Mato Dentro quatro quilômetros, compreende uma área de trezentos alqueires, com divisas certas e determinadas, dos quais duzentos alqueires em campos de ótima qualidade, com pastagens de capim-gordura e grande parte de capim-jaraguá. Os cem alqueires restantes acham-se ainda em matas e capoeiras de superior qualidade para cultura, contendo grande quantidade de madeira de lei. Começando a produzir agora, existem vinte mil pés de cafeeiro, ocupando uma área de cinco alqueires.

A fazenda acha-se em parte fechada a valo, tendo diversos apartadores. É servida por duas excelentes aguadas, movendo a mais alta um engenho de serrar madeira, e a outra, igualmente abundante, um engenho de socar café e um moinho. Este engenho foi construído há pouco e é de boa qualidade.

A casa de vivenda é magnífica, sendo um sobrado de sessenta palmos de frente por quarenta de fundo, mais ou menos, com dois andares na frente e três nos fundos, todo forrado e assoalhado de tábuas. Os cômodos, tanto dos andares superiores como do pavimento térreo, são amplos e arejados, com janelas envidraçadas, com portais e portas pintados a óleo, sendo as paredes dos cômodos superiores forradas a papel, e achando-se o prédio em excelentes condições de conservação.

Em seguimento à casa, existe um grande curral, fechado por dois lados a muro de tábuas de boa qualidade, em forma de gradil, fechando o curral por um dos outros dois lados uma grande coberta de telhas, com mais de cem palmos de frente por quarenta de fundo, obra nova e solidamente construída, servindo para abrigo das vacas leiteiras.

Em seguida a uma coberta, está o paiol, que é amplo e de boa construção. Em frente, e fechando o curral, existe um sobrado servindo para tulha, tendo ao lado duas boas casas para empregados.

As estradas são muito boas e bem conservadas, sendo que a que vai da cidade para a fazenda é quase plana em sua extensão, a partir do alto que domina a cidade. O proprietário da fazenda mantém nela, anualmente, cerca de duzentas bestas novas em recria e cento e cinquenta cabeças de gado bovino, fornecendo diariamente grande quantidade de leite para o consumo da cidade e fornecendo gado para o abastecimento de carne verde, sendo o melhor que se abate nesta cidade.

Anexos à fazenda, em uma encosta mais afastada, existem terrenos auríferos que foram explorados pelos antigos, que deram às lavras a denominação de Minas dos Doze Vintens, fazendo o naturalista Saint-Hilaire especial menção dessas minas em sua conhecida obra sobre o Brasil e particularmente sobre a antiga Província de Minas Gerais.¹¹

A fazenda dista cinco quilômetros das minas de Santana e do Cauê. Ultimamente, quando as minas do Cauê foram estudadas por conta da firma

Theodor Wilke e Companhia, o proprietário da Fazenda Pontal fez grande fornecimento de tábuas, madeiras, leite, queijos, cereais, etc. para a exploração que então se fazia. Trata-se agora da exploração das minas de Santana, podendo a Fazenda Pontal fazer o mesmo fornecimento, sem que possa ter competidor.

O proprietário dispõe dessa fazenda por ter deliberado sua mudança para Belo Horizonte, por motivo de educação de seus filhos."

A venda não se efetuou, continuando meu pai a residir em Itabira até a segunda década deste século. Antes, porém, de transferir residência para Belo Horizonte, fez doação do Pontal a seus filhos. Em 1954, a propriedade deixou de pertencer à nossa família, e anos depois a Companhia Vale do Rio Doce, desmontando peça por peça a casa de vivenda, instalou no local uma represa, para lavagem e recuperação de resíduos de minério de ferro. Há o projeto de reedificação do prédio, na cidade de Itabira, para servir a fins culturais.

No fim do século passado, meu pai empreendeu no Pontal uma experiência de cultura de uva e fabricação de vinho de mesa. O jornal *O Tempo*, que se publicava na cidade a partir de novembro de 1889, noticiou, em uma de suas edições de 1891, que o vinho fabricado na Fazenda do Pontal pelos Srs. Andrade e Sipolis era "equiparável aos melhores recebidos da Europa, na opinião dos bons *chupistas*". Entre papéis em meu poder, figura minuta de locação de serviços, anos mais tarde, tendo como locador Casimiro Sipolis, francês e industrial, e como locatário Carlos de Paula Andrade, brasileiro e agricultor, fixando-se as seguintes cláusulas:



"I — O locador Casimiro Sipolis compromete-se a prestar ao locatário Carlos de Paula Andrade os seus serviços para administrar a indústria de fabricação de vinho e aguardente, explorando uma vinha de cerca de trinta mil pés de uvas, que o locatário possui em sua fazenda denominada Pontal, do distrito desta cidade, sendo 5000 pés para ser plantados para o ano de 1901.

II — O locador obriga-se a não se empregar, durante o prazo do presente contrato, em outro mister, que distraia os seus serviços do fim principal do presente contrato; e assim compete-lhe a) cuidar da conservação da vinha existente, administrando as capinas, replantas necessárias, vindimas, etc. e o mais respectivo à mesma indústria e cultura; b) fazer, por si próprio, e sem mais despesas para o locatário, as podas convenientes; c) empregar todos os meios e cuidados necessários para o bom fabrico do vinho e aguardente; d) ter sempre o vasilhame e depósitos dos produtos da indústria na melhor



ordem, asseio e conservação; e) estender (espaldar desde já, em toda a vinha, o arame fornecido pelo locatário, sem mais outra despesa para este, que dará também colocados os postes precisos).

III — O locatário Carlos de Paula Andrade compromete-se para com o locador Casimiro Sipolis: a) a dar-lhe, gratuitamente, enquanto vigorar o presente contrato, casa para sua residência, na Fazenda Pontal, com 12 alqueires de terreno para as suas plantas; b) a fornecer os trabalhadores necessários para as capinas da vinha, vindimas, transporte da uva e auxiliares para o fabrico do vinho e da aguardente, correndo os jornais ou salários dos mesmos por conta exclusiva do locatário; c) a fornecer, igualmente à sua custa exclusiva, o açúcar necessário para o fabrico daqueles produtos; d) a fornecer todo o vasilhame e depósitos necessários para o fabrico, conservação e acondicionamento dos produtos; e) a dar, anualmente, ao locatário trinta por cento (30%) do resultado bruto da produção da vinha, a título de pagamento de seus trabalhos e indústria, o vinho sendo partido logo que for bom para se beber.

IV — Os carros para a venda dos produtos da vinha serão pagos proporcionalmente pelo locador e locatário.

V — O prazo de duração do presente contrato será de dez anos, acabando o último ano a 1.ª de maio de 1912 e ficando estabelecida uma multa que poderá chegar até quinhentos mil réis (Rs 500\$000) e que deverá ser paga pela parte que transgredir qualquer cláusula do presente contrato, à outra que estiver no desempenho e observância de suas obrigações e deveres, esta cláusula não sendo aplicável ao prazo de doze anos marcado para o fim do contrato.

VI — Antes de findo o prazo deste contrato, ficará o mesmo sem efeito se ocorrer moléstia ou praga na vinha de modo a tornar excessivamente dispendiosa a sua conservação e exploração. Neste caso, porém, nenhuma das partes poderá exigir de outra a multa acima estabelecida ou outra qualquer indenização.

E por assim terem contratado e estipulado, lavraram o presente contrato, escrito em sua íntegra pelo locador Casimiro Sipolis, para ficar em poder do locatário Carlos de Paula Andrade, que também escreveu em sua íntegra um outro, em tudo igual ao presente, para ficar em poder do locador Casimiro Sipolis, sendo ambos os exemplares devidamente selados, datados e assinados pelas partes contratantes, com as testemunhas F. e F., depois de lidos, conferidos e achados conformes."



O empreendimento não alcançou os resultados que seriam de esperar, dada a boa qualidade do produto exaltado, sem dúvida com desculpável exagero bairrista, pelo jornal itabirano. De tudo vim

a conhecer, anos mais tarde, apenas os rótulos de garrafas, mandados imprimir por meu pai e que foram encontrados na velha casa de fazenda.

Localizado bem próximo da cidade, como ficou dito, o Pontal era vítima da devastação de suas matas, como se verifica pelo texto redigido por meu pai e que, como o anterior, destinado a vender a fazenda, deve ter sido publicado em jornal itabirano.

"Protesto — Invasão, destruição e incêndio de propriedade particular — O abaixo assinado, proprietário da Fazenda denominada Pontal, deste distrito, protesta contra o abuso criminoso dos lenheiros e fornecedores de lenha desta cidade, que, sem sua autorização, invadem diariamente aquela propriedade, não só devastando e destruindo os matos e capoeiras da mesma, tirando madeiras para venderem como lenha, e ainda lançando fogo para prepararem esse combustível.

Semelhante prática constitui os crimes previstos no artigo 141 do Código Penal que diz: Incendiar plantações, colheitas, lenha cortada, pastos ou campos de fazenda, ou estabelecimento de criação, matas, ou florestas pertencentes a terceiro ou particular: *Penas* — de prisão celular de um a três anos e multa de 5 a 20% do dano causado. E no artigo 329, que dispõe: Destruir ou danificar coisa alheia, de qualquer valor, móvel, imóvel ou semovente: *Penas* — de prisão celular por um a três meses e multa de 5 a 20% do dano causado. Além disso, fica ainda ao proprietário o direito de haver completa satisfação do dano, pelos meios ordinários.

Não podendo o abaixo-assinado tolerar semelhante abuso, previne a quem possa interessar, que está disposto a usar de todo o rigor da lei, fazendo valer a todo o tempo, em qualquer condição e contra quem quer que seja o seu direito, intentando as ações criminais contra os transgressores, e as civis, para satisfação do dano, em que incorrerem.

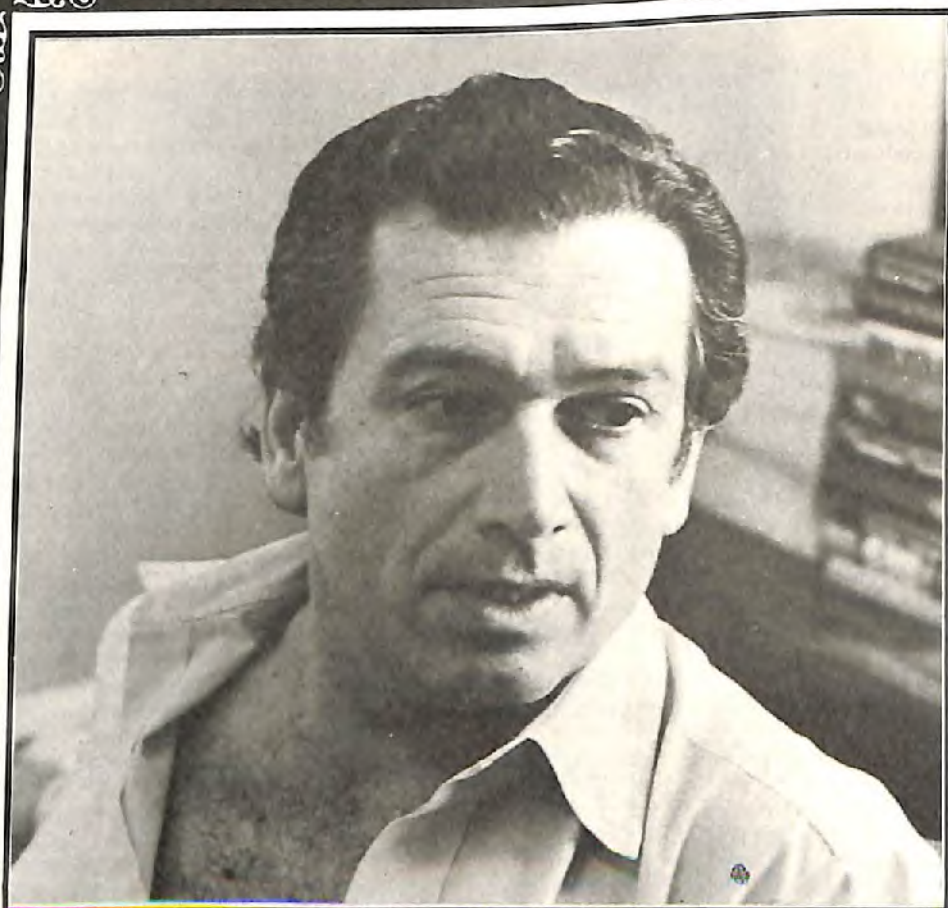
Por enquanto, limita-se ao presente protesto, para o qual chama a atenção do digno Sr. Delegado de Polícia e do ilustre Sr. Agente Executivo,⁽²⁾ porquanto, antes de tudo, incumbe-lhes a prevenção de tais abusos e atentados, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor. Itabira, 26 de julho de 1905. Carlos de Paula Andrade."

Ao fazer estas transcrições, desejo simplesmente fornecer alguns dados a possíveis estudiosos da organização rural mineira no passado em alguns de seus múltiplos aspectos.

1) Saint-Hilaire, em sua obra *Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais* (Paris, 1839), de que se neste século se publicou tradução para o português, no Brasil, diz: "Não devo omitir que fui muito bem recebido na Conceição pelo Sr. Laje, diretor da mina mais alta, que me deu muitas amostras de minério. Os empregados também tiveram comigo toda sorte de atenções..." Esse Sr. Laje era o major Joaquim da Costa Laje, sargento-mor dos índios ou de milícias, sobrinho de meu antepassado João Francisco de Andrade, proprietário das minas de ouro.

2) Agente Executivo, isto é, Presidente da Câmara Municipal, na organização político-administrativa da época.

FERNANDO SABINO



Nasceu em Belo Horizonte, em 1923. Suas primeiras histórias, de leitor de Karl May e Os Três Mosqueteiros, saíram em *A Inúbia*, jornalzinho do Ginásio Mineiro. Publicou *A Marca*, contos, em 1944. Em seguida vieram *A Cidade Vazia*, crônicas, de 1948; *A Vida Real* (novelas), 1952 e *O Encontro Marcado*, romance, de 1956. Já consagrado como cronista cada dia mais disputado, de temperamento indócil e coração aflito, Fernando Sabino publicou a seguir (e continua vivendo, sofrendo, amando e publicando sempre) diversos livros de crônicas e histórias curtas: *O Homem Nu*, *A mulher do Vizinho*, *A Companheira de Viagem*, *A Inglesa Deslumbrada* e *Deixa o Alfredo Falar!*

Ex-campeão de nado de costas, no Minas Tennis Clube, ex-aficionado da bateria, hoje pratica jogging em Ipanema, recordando o tempo recente em que criou a editora Sablá (com Rubem Braga), lançadora de talentos do Brasil e d'além-mar.

Seu segundo romance, *O Grande Mentecapto* (1980) tem páginas do mais fino humor, interpoladas de um sentimento picaresco que o distingue particularmente.

O agrônomo suíço

FERNANDO SABINO



O poeta estava calmamente no bar, tomando um aperitivo, quando lhe telefonaram.

Quem o chamava era eu. O poeta não tem telefone em casa e há dias que eu o vinha procurando: a menos que me tivesse enganado, ele sabia de um amigo seu que conhecia um agrônomo suíço, interessado em administrar fazendas. Ora, outro amigo meu, a quem dei conhecimento da existência desse suíço, me disse que estava precisando exatamente de uma pessoa assim. E me pediu que conseguisse maiores informações com o poeta.

No bar, àquela hora, fazia um barulho infernal. O poeta veio ao telefone e mal conseguiu ouvir o meu nome:

— Quem?

— Eu, rapaz! Então não está conhecendo a minha voz?

— Eu quem?

Levou uns bons cinco minutos para descobrir com quem estava falando. Talvez já tivesse tomado mais de um aperitivo, é possível.

— Que houve? Aconteceu alguma coisa?

Eu mal conseguia escutá-lo e ele não me ouvia de todo:

— Você se lembra daquele agrônomo que um conhecido seu...

— Daquele o quê?
— Daquele AGRÔNOMO!
— Você está enganado, não conheço ninguém com esse nome.
— Eu nem falei ainda o nome dele! É um suíço.
— Luís?
— SUÍÇO! Você um dia me falou...
— Não conheço nenhum Luís. Eu estava pensando que você...
— Fale mais alto! Sua voz está sumindo.
— Não, estou por aí mesmo... Você é que anda sumido.

Respirei fundo e voltei à carga:

— Eu sei que você não conhece o suíço. Um conhecido seu é que conhece.
— Escuta, que brincadeira é essa? Eu estava aqui tomando o meu uísque...
— Desculpe incomodá-lo no bar, mas você não tem telefone em casa...
— Não tem importância. Só que está parecendo brincadeira. Entendi você falar num suíço...

— Isso!

— Isso? Ah, eu tinha entendido suíço, imagine.

— Pois é isso mesmo, quer dizer: é suíço mesmo. O homem está em cima de mim para arranjar...

— Que homem? Não estou entendendo nada, muito barulho aqui.

— Um amigo meu, você não conhece. Está precisando de um agrônomo para a fazenda dele.

— Fazendo o quê?

Perdi a paciência:

— Olha, telefona para minha casa amanhã de manhã, está bem?

Mas o poeta agora estava interessado:

— Não precisa se zangar! Aconteceu alguma coisa com você?

— Conversar com bêbado dá é nisso.

— Você está bêbado?

— Bêbado está você, essa é boa!

— Espere! Entendi direitinho você falar que estava bêbado. Deve ser o barulho. Espere um pouco.

Ouvi pelo fone sua voz para os que o rodeavam:

— Vocês aí, querem fazer o favor de falar um pouco mais baixo? Um amigo meu está em dificuldade, e eu não escuto nada.

De novo para mim:

— Alô! Pode falar agora que estou ouvindo perfeitamente. Você está precisando de alguma coisa?

— Estou: que você me telefone amanhã de manhã.

E desliguei.

No dia seguinte era ele quem me procurava:

— Você talvez não se lembre, mas ontem eu estava calmamente no bar, tomando um aperitivo, quando você me telefonou no maior pileque para me contar que estava sendo perseguido por um sujeito chamado Luís. Que você quis dizer com isso?

— Isso, não: suíço — arrematei.

FRANCISCO IGLÉSIAS



Mineiro de Pirapora, onde nasceu em 1923. Livre-docente em História Econômica Geral do Brasil da Universidade Federal de Minas, também lecionando na Faculdade de Filosofia da mesma Universidade.

É das principais figuras do grupo Edifício, mencionado na apresentação deste número, que se seguiu (uns mais próximos, outros menos chegados) ao quarteto agora clássico, constituído de Otto, Helio, Fernando e Paulo, aqui também presentes.

Livros publicados: Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1958); Introdução à Historiografia Econômica (1959); Periodização do Processo Industrial no Brasil (1963); História e Ideologia (1971); História para o Vestibular e Cursos de Segundo Grau (1975). Autor de inúmeros prefácios e ensaios e artigos de História, publicados em revistas e jornais, especializados ou não, no Brasil e no estrangeiro.

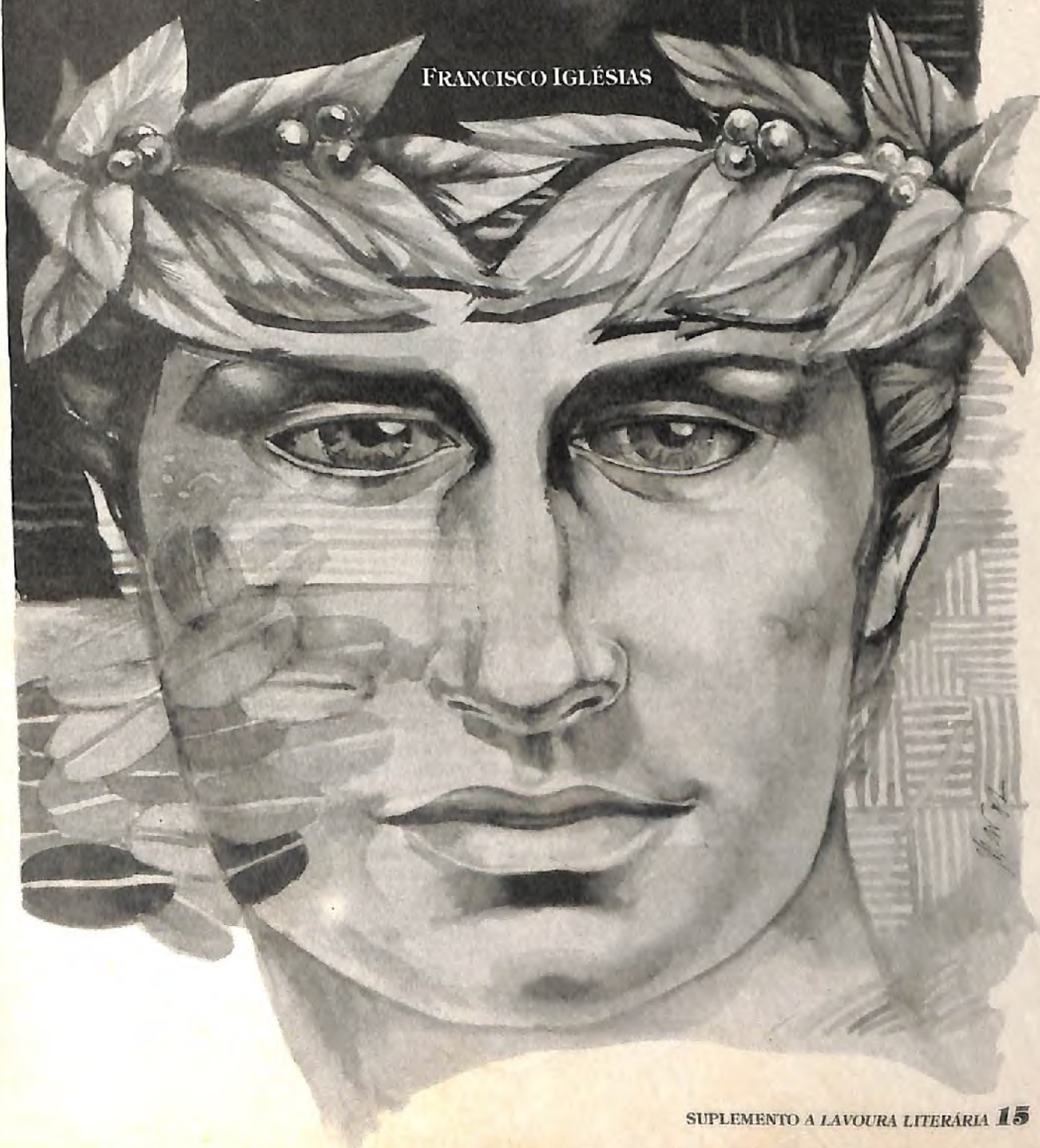
Atual Assessor da Comissão Internacional para uma História Científica e Cultural da Humanidade, da UNESCO.

Solitário — solidário, lúcido e esquivo — costuma viajar incógnito ao Rio de Janeiro, hospedando-se no vasto duplex de Jacques do Prado Brandão.

Projeções artísticas do café

(Sobre a obra de Jarbas Juarez)

FRANCISCO IGLÉSIAS



N

o processo de desenvolvimento do Brasil, alguns produtos tiveram importância decisiva, dando os recursos para a economia, na configuração de uma sociedade e uma política. Eles se sucedem, com o seu nome a marcar períodos: pau-brasil, cana-de-açúcar, fumo, ouro e diamante, carne e couro, algodão, café, cacau, mate, borracha. Até avançado o século XIX, o mais importante foi a cana-de-açúcar, no Nordeste, ou em São Paulo e no Rio de Janeiro: pelos cálculos, foi o de mais renda do governo português, além de formar sociedade nitidamente caracterizada e a mais conhecida, melhor exemplo do trinômio monocultura, latifúndio, escravidão. O mesmo se deu com outros artigos: se menos estudados, é que não despertaram a curiosidade de pesquisadores, pela falta de brilho ou não provocarem disputas.

Culturalmente, contudo, têm o mesmo sentido: veja-se a estrutura criada pela exploração do gado, com a sociedade sertaneja; a mineração originou o primeiro surto urbano, no século XVIII, com sociedade peculiar, menos rígida, com produção artística de traços já nacionais, totalidade criativa, com literatura, artes plásticas e música; a borracha foi exploração sem racionalidade, mais aventura que empreendimento econômico; outros exemplos poderiam ser dados. Eles caracterizam o Brasil antigo — que vem até nosso século, quando tudo gira em torno de um produto em atividade não diversificada e de conotações perigosas, pois economia nenhuma pode ter firmeza quando depende de fonte única. O país hoje, quando tanto ou mais que a exploração do solo conta o trabalho industrial, diversificador por excelência, supera essa fase monocultora, embora se possa perceber em muitos pontos a sobrevivência da forma primitiva, com as atividades concentradas em um artigo, conferidor de feição à área em todos os aspectos.

O mais importante dos produtos, do ângulo econômico e político, foi o café. Embora não originário da América, seu conhecimento e expansão coincidem com a história do Novo Mundo: começa a ser consumido no século XVII. Custa a ser popular. No século XVII é procurado em casas especiais — os cafês, lojas comerciais e artísticas: elas o oferecem ao consumidor, gente bem financeiramente. São uma nota na paisagem urbana. Torna-se tão disputado que chega a aparecer no lendário do Oriente e Ocidente, na literatura, na medicina, no folclore nas artes plásticas, na música popular e erudita, nas canções ou em óperas: estudo informativo fala em cinco óperas, a começar de uma italiana de Caruso, "La Caffetiera di Spirito", de 1777. Não esquecer que até Johann Sebastian

Bach compôs uma "Coffea Cantata", publicada em Leipzig em 1732, incluída na série "Cantatas Seculares", cujo texto em português pode ser lido no livro *O Café*, de Basílio de Magalhães, autor dessas informações.

As terras ideais para o cultivo foram as do Brasil: o solo de certas faixas é o mais adequado, embora possa ser obtido em quase todo o território: além do solo, o clima lhe é propício, sobretudo em São Paulo. Assim, no início do século XVIII, a planta começa a ser cultivada no Norte, depois no Rio de Janeiro, na própria Capital, a princípio como elemento de jardim, depois para consumo e comércio. Conquista terras do Vale do Paraíba, antes entregues à cana, na área fluminense, na Zona da Mata mineira, em trechos paulistas. Cultura que esgota rapidamente o solo, é itinerante, descreve um roteiro. Terra não falta: os interessados, em vez de



melhorar o cultivo com o trato do solo, procuram novas faixas. Exigente, requer cuidados: clima de 5 a 33 graus, chuvas bem distribuídas, sensível a geadas e calor extremo. No século XIX ela é do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo; depois, o Espírito Santo, o norte do Paraná, o sul de Mato Grosso.

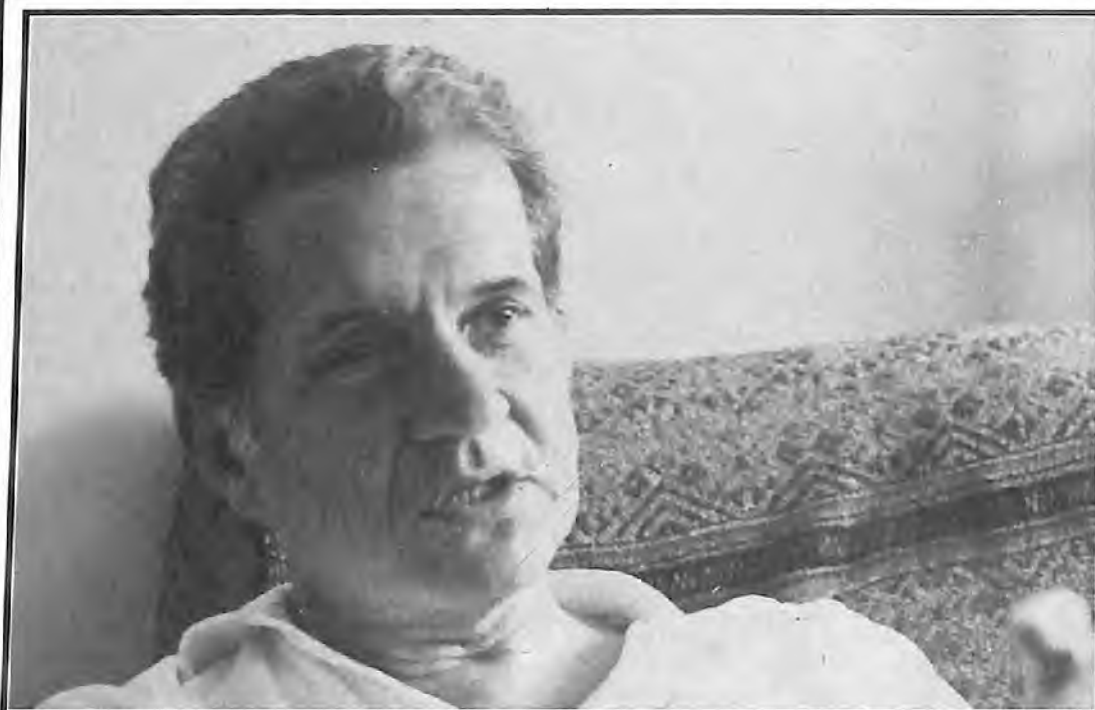
Leva a riqueza, a gente, o bem-estar. Se é feita em grandes propriedades, contribui para a divisão da terra, pois ao lado do café é preciso plantar os gêneros alimentícios — golpe na monocultura. Contribui para a vinda do estrangeiro, para substituir o escravo, cujo estatuto é combatido e caminha para o fim. Com o imigrante entram novos hábitos, outros alimentos e plantas ao lado de práticas e costumes que alteram a vida social. Começa a fragmentação da propriedade, aos poucos o minifúndio se impõe. A cultura condiciona a construção de estradas. Na quarta década do século

o café já pesa na exportação, nos decênios seguintes sobrepondo-se a tudo mais, a ponto de ser o produto-rei: chegará a 70% em 1925-29. Depois começa a cair, hoje figurando com cifras mais modestas. A queda não significa pobreza, mas que o país melhorou, e, diversificando as plantações, impôs a indústria. A superação do café pode ser índice de desenvolvimento, como se dá com São Paulo. Foi ele, de certo, o agente da mudança.

Seria tentador falar do café em Minas Gerais, na produção na zona da Mata, depois no Sul, Triângulo, Rio Doce, em outras regiões. O espaço não nos permite. Assinale-se, somente, ter sido a base da economia de 1840 até quase nossos dias, quando a diversificação produtiva e a indústria reduzem a sua importância. Tentador falar da fisionomia criada em faixas do solo, com as plantações extensas, os cafezais. Sabe-se que é uma das plantas de mais beleza, pelo brilho do verde das folhas, disposição dos galhos, colorido vermelho ou preto dos grãos, flores. No jardim há pouco mais ornamental que o cafeeiro. A mão-de-obra exigida, para crescimento da planta, para não ser destruída por outros vegetais ou pragas, adubação e cuidados permanentes, tudo leva a uma população em torno; depois, é a colheita, o amadurecimento, o preparo do pó, a embalagem para exportar. Forma-se uma sociedade, em trabalho a requerer participação de meninos, mulheres, homens, jovens e velhos. Todo um folclore se cria. Sem falar na paisagem, com as áreas cultivadas, tanques para lavagem dos grãos, terreiros para secagem, máquinas de decorticação, triagem, preparo do bem final, casas dos trabalhadores. Daí a atração nos interessados em pesquisa. Ou nos artistas. Um dos maiores pintores brasileiros — Cândido Portinari — teve no café um de seus grandes temas, como se vê em desenhos e pinturas. Algumas das mais conhecidas estão nos Estados Unidos, como as da Biblioteca do Congresso, afirmações do gênio de quem nasceu em Brodowski, área cafeeira de São Paulo.

Foi bem inspirado, pois, o jovem artista mineiro Jarbas Juarez, ao procurar no café a temática para uma série de trabalhos, começada há algum tempo e que possivelmente vai continuar, talvez como constante. Nascido em Nepomuceno, no Sul de Minas, terá visto na infância a planta e o grão, crianças e adultos na faina diária. A beleza do arbusto e o ritmo do trabalho terão impressionado o menino em sua terra: hoje, artista maduro, em pleno poder criador, dono de técnica exemplar, recria esse universo que o marcou, como marcou a história social e econômica de Minas e do Brasil. Das reminiscências de ontem surge uma obra forte, com a mistura de lirismo e realidade natural e humana.

HELIO PELLEGRINO



Temperamento e inteligência em galope constante, açulados pelas rédeas da generosidade, esse belorizontino de 1922 teria de arquejar, sempre, entre o coreto do comício político e o sussuro do confessionário. Seguiu a profissão do Pai, médico e professor eminente. Hoje é dos mais conhecidos psiquiatras do País.

Flamejava em janeiro de 1946, com um poema populista, no primeiro número da Revista Edifício.

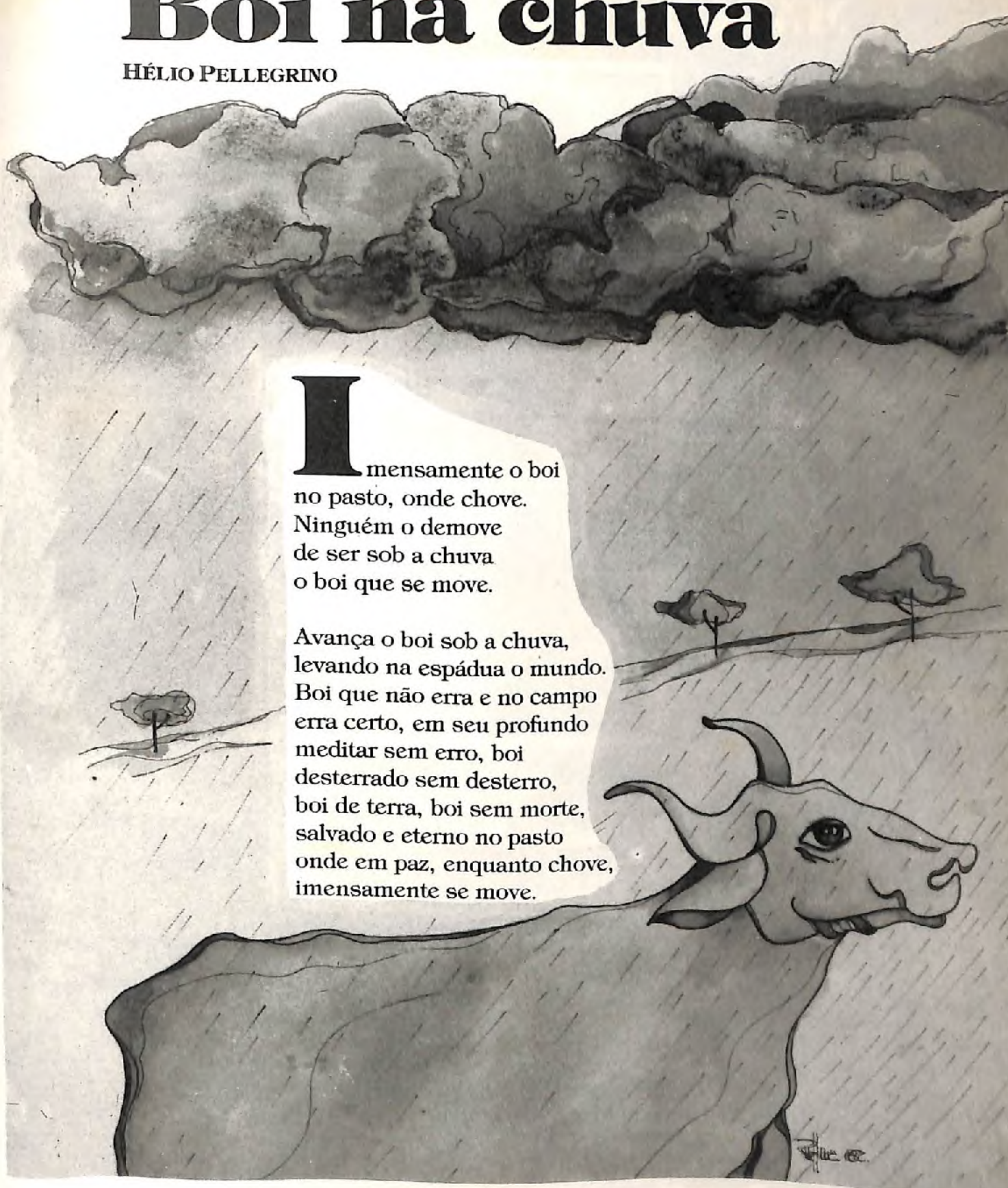
Durante o governo de Juscelino Kubitschek no Palácio da Liberdade Hélio Pellegrino assumiu a liderança da Associação Médica, então às turras com a administração pública, tendo em vista promessas oficiais não cumpridas. Ao abrirem os olhos, os conspícuos facultativos mineiros, após três inflamadíssimas reuniões, haviam excluído da entidade o próprio Governador do Estado e iniciado uma crise em cadeia, de proporções alarmantes. Destituíram apressadamente o líder, a fim de compor as coisas na base do nem contra nem a favor, Excelência, muito antes pelo contrário.

Sumindo magicamente de Belo Horizonte, voltou a recrudescer no Rio — nas redações de jornais e revistas, sempre inventivo, às vezes desconcertante.

Como poeta somente arriscou uma "encadernada desventura" editorial em 1947, com Poema do Príncipe Exilado, que dedicou a Mário de Andrade. É a quarta voz do quarteto que forma com Otto, Fernando e Paulo, mas costuma faltar às fotografias históricas e às solenidades de praxe. Por razões humanas, demasiado humanas.

Boi na chuva

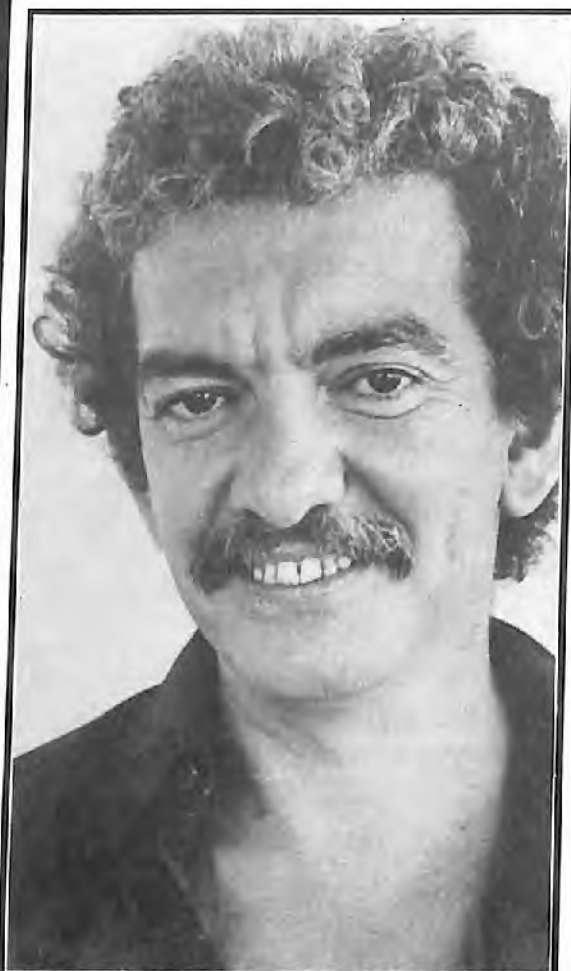
HÉLIO PELLEGRINO



Imensamente o boi
no pasto, onde chove.
Ninguém o demove
de ser sob a chuva
o boi que se move.

Avança o boi sob a chuva,
levando na espádua o mundo.
Boi que não erra e no campo
erra certo, em seu profundo
meditar sem erro, boi
desterrado sem desterro,
boi de terra, boi sem morte,
salvado e eterno no pasto
onde em paz, enquanto chove,
imensamente se move.

MARCOS DE VASCONCELLOS



Mineiro de nascimento, carioca de vivência e universal por vocação, tem agora 48 anos. É arquiteto e jornalista. Colaborou em: Senhor, Desfile, Jornal do Brasil, Jôia, Casa e Jardim, Vogue, Cláudia, Pif-Paf, Pasquim, Isto É, Ele e Ela, Homem, Lui, Revista Nacional, Ficção, Copacentro e na Tribuna da Imprensa. Publicou três livros: Trinta Contos Redondos (1963) A Casa, Como Convém, (1965) e Tragédias Ligeiras, recentemente lançado.

Sardônico, lírico e mordaz, ferra o dente certo no nervo do riso (ou da lágrima).

Em pesquisa urbano-arqueológica descobriu que URCA não é nome de lugar. Aparentemente um poético topomímico, na realidade é abreviatura de "Urbanização Carioca".

Na crônica que enviou para A Lavoura, Marcos de Vasconcellos narra um episódio natalino, no qual as intenções saudáveis do protagonista são derrotadas pelas forças implacáveis do catecismo burguês.

Uma senhora transação agrícola.

Xmas x Natal

MARCOS DE
VASCONCELLOS



Lembro a ansiedade e até mesmo o desespero: Natal nos batendo à porta, renas do Pólo Artico atreladas ao trenó, pinheiros já nevados, lareiras tremeluzindo, meias de lã a postos para a presentada e os navios nada, não chegavam. Como festejar o Natal sem tâmaras da ilha de Ormuz? Como celebrar Cristo sem os indispensáveis figos secos, avelãs, amêndoas, sem passas de Erevan? Onde as castanhas, os damascos de Alhos Vedros, os cereais do Alentejo? Não importa a temperatura de quarenta graus centígrados, a alma brasileira, nos Natais, seguindo instruções nórdicas, está sempre a trinta e dois graus *Fahrenheit*. Não importa que a neve seja de algodão, não importa que o fogo da lareira sejam repas de papel crepom crepitando, animadas por um ventilador semi-oculto, não importa que os pinheiros sejam de rãfia esverdeada a anilina, não importa o sol a torrar os crânios, nosso coração natalino é congelado, o Natal pátrio é europeu, saxão. Papai Noel é São Nicolau, protetor de menino comportado e da Rússia. Isso mesmo, Rússia. A União Soviética é ímpia.

Mas os navios acabavam chegando para povoar a chamada festa máxima da cristandade, um milagre repetido todos os anos. Contudo, trata-se de um rito urbano, cidadão. Há outros natais de herança indígena e africana Brasil afora e é de nossos costumes mais naturais que tiramos os votos de "boas festas". Nos outros corações do país, nos interiores, as cheganças, fandangos, pastoris, congadas, reisados, marujadas alegam o Natal. (Muita gente da cidade, ao contrário, acha o Natal uma festa macambúzia que sublinha a solidão.)

Apesar da incongruência de comemorarmos nos trópicos o solstício de inverno, entende-se e abençoa-se o Natal europeizado. Porque não brincar um pouco? Fazer-de-conta que somos prósperos teutônicos por uns dias? Porque nas cidades o comércio reluz, cintila e enlouquece as pessoas com sua cornucópia de ofertas e tentações.

Certa ocasião, num ataque de nacionalismo, o escritor Cristóvão de Camargo, na esteira ufânica do conde de Afonso Celso, propôs a troca do *Bonhomme Noël* por um certo Vovô Índio que até mereceu retrato do pintor kodakeano Oswaldo Teixeira, isso na década de trinta. Da mesma forma, igualmente num arroubo nacionalista, resolvi subverter o Natal nevado da tradição germano-americana. Ao invés do pinheiro alpino salpicado de falsificações, coroei minha sala com uma pitangueira igual a que vi na casa do pioneiro Hugo Gouthier, amêndoas, nozes, avelãs e toda a família de importados foram substituídos por um simpósio de frutas brasileiras que importei de Minas, Amazonas, Espírito Santo, Pará, Sergipe, enfim da República Federativa do Brasil. E vieram mangas, cajus, abacaxis silvestres, carambolas, cupuaçus, açais, bacurís, araçás, anonácias, mangelões, pitombas, gabirobas, jabuticabas, umbus (estes, favoritos de Lampião) fora laranjas, melancias, cajaranas, em suma, um gigantesco pomar de naturezas mortas; me meti numa tanga caiapó, borrei-me de urucum, e fui presentear meus filhos com presentes de feitura doméstica, à maneira índia: apitos de barro, bonecos de pau, briguelos, coisas no gênero. Foi um retumbante fracasso. Quando vi minha foto — tirada na hora com uma Polaroid que me deram de presente — fiquei mais vermelho que o urucum da minha maquiagem autóctone. Uma vergonha. O que salvou a noite da tropa foi a minha mulher que, sabedora dos meus planos e às escondidas, reservou uma sala secreta e lá plantou um pinheiro dos antigos, semeou pinhas de vidro espelhado, nevou-o de acordo com o catecismo, coroou-o com aquela estrela rabuda dos Santos Reis, puxou a essencial angústia com o *Silent night* de Franz Gruber, secou as lágrimas o *Jingle bells* de J. Piepont, e arrematou com o triunfante *Adeste Fideles* de John Reading, sepultando minha banda de pífaros, meu Luiz Gonzaga, meu siridó e minhas idéias jacobinas.

Jacobina, aliás — para não encerrar este assunto sem justificar minha insólita presença nestas transações agrícolas — quer dizer também terra infecunda, imprópria para a lavoura. Exatamente como minha tentativa frustrada de nacionalizar o Natal.

MARIA ALICE BARROSO



Estreou com o romance Os Posseiros em 1955, traduzido para o russo em tiragem de 500 mil exemplares.

Assim começava a trajetória de uma romancista fluminense, de Miracema, que veio para o Rio a fim de estudar biblioteconomia.

Quando publicou História de um Casamento, em 1960, Wilson Martins, no rodapé de crítica literária do Estado de São Paulo afirmou ter o "o noventa e um roman acabado de ingressar na literatura brasileira pelas mãos de Maria Alice Barroso".

Em 1962, foi editado Simples Afeto Recíproco. Um Nome Para Matar guarda semelhança com casos pertencentes à saga miracemense e conquistou o 2.º lugar no Concurso Walmap de 1967. Sua autora, a duras penas, escapou dos fazendeiros ali retratados.

Seu último romance, editado em 1981, é O Globo da Morte: Divino das Flores.

Maria Alice Barroso foi Diretora do Instituto Nacional do Livro, onde pôde contribuir para a difusão de autores como Lúcio Cardoso — que andava esquecido das editoras e, sozinho, merece um capítulo à parte na literatura do Brasil.

Um nome para matar

MARIA ALICE BARROSO



... **E**le sabia que aquilo que os irmãos legítimos tinham recebido como um direito e desprezado depois como uma obrigação, ele teria que trabalhar afanosamente para conquistar, e assim fez, aprendendo a ler não apenas sozinho mas contra o pouco tempo que tinha e a pouca luz do casebre em que morava com a mãe e seus outros irmãos, os demais filhos de pais desconhecidos, ele apenas o único que podia repetir para si próprio ser filho do dono da Gratidão, embora jamais o tivesse repetido, na infância, quando ignorava ou não sabia o valor daquela frase, na adolescência por saber que ela só teria valor no dia em que ela, a frase, estivesse amparada em títulos de propriedade, em dinheiro, em bens que viesse a possuir; nunca desconheceu, no entanto, a predestinação do seu próprio caminho, a fatalidade que marcara sua vida para ser o filho, ainda que bastardo, espúrio, natural, não-legítimo, daquele rico senhor de terras, que se interessara por sua

mãe o tempo suficiente para gerá-lo, e o tendo gerado, dela se desgostara para sempre, conservando do que não chegara a ser uma vinculação apenas a visita do primeiro dia do ano, quando o homem de brilhante no dedo reunia frente ao casarão da fazenda aqueles que ele havia gerado em suas visitas noturnas aos casebres espalhados pelas fazendas para presentear seus afilhados, embora todos soubessem que esses afilhados descendiam em linha direta do proprietário da Gratidão; foi na vivência, na recordação desses dias — o primeiro de cada ano —, que ele se destinou a ser algo mais para o homem de barba rala e bigodes bem tratados, que tinha um estranho nariz proeminente, do que um *afilhado*, repetindo para si mesmo, toda noite antes de dormir: "Sou o filho do dono da Gratidão. Sou o filho do dono desta fazenda, e da fazenda do Degredo, e da fazenda da Cachoeira, e da fazenda de Santana, e da fazenda da Lagoa Preta, e da fazenda de Santo André." Ele as decorava todas pelos seus nomes, e com o tempo, à medida que seus pés criavam a dura crosta do barro das estradas, acompanhando a toada do carro de boi que ele dirigia, tornou-se capaz de dizer a extensão de cada uma, o número de cabeças de gado que



possuía, dos pés de café e das vargens de arroz e os nomes dos colonos que nelas trabalhavam, o quanto ganhavam por dia, os meeiros e aqueles que trabalhavam à terça, e quanto cada um devia no armazém de cada uma delas; quando seus pés, duros com a crosta de lama vermelha que neles se inculcara, avançaram em direção ao escritório do dono da Gratidão, um exatamente sabia o que poderia valer para o outro, embora o pai não tivesse, devido à eterna taça de vinho que parecia trazer colada à mão, já àquele momento a lucidez do filho, lucidez essa aguçada por anos de tensão e espera, de cálculo e estratégia para não perder aquele terreno sobre o qual avançava lentamente, com a lentidão segura e reassegurada da aranha, e quando o homem de barba rala e bigodes bem tratados já não era apenas o distante patrão que lhe gritava as ordens da janela do escritório enquanto ele as ouvia da porta da cozinha, nem apenas o *padrinho* que distribuía presentes à fila de meninos frente ao casarão da fazenda, mas o pai (embora nem um nem outro tocasse nesse assunto, num subentendido entre homens, com o segredo, o silêncio, o saber-guardar que só os machos possuem) que nele não apenas confiava, porém nele também depositava uma esperança que não alimentara em relação a si próprio, pois nunca se enganara de que sua vocação não era aquela, ou pelo menos sua paixão, que se resumia naqueles livros que chegavam aos pacotes da capital do país, e só quando se esquecia da vida que levava ali (uma existência morna, que a bem dizer lhe surripiara o verdadeiro significado da alegria ou da tristeza) conseguiu sair do sarcófago no qual tinha a impressão de estar encerrado: então podia ser tudo, viver tudo que os heróis daqueles livros, que vinham em grandes embrulhos do Rio de Janeiro, estavam vivendo; nunca se animara a vender suas fazendas para ir morar na capital, quando visitava o Rio de Janeiro também não se sentia bem, perdido em meio de centenas e centenas de rostos anônimos e destituídos daquela grandeza que em Parada de Deus lhe tributavam: o que desejava para si talvez não estivesse na vida, mas somente nos livros.

— No fundo, no fundo, todo esse povo tem uma inveja desgramada de nós: muito principalmente porque meu finado marido, o capitão Heleno de Moura, era filho natural do coronel Zé Inácio; não me acanho de dizer a verdade, às vezes o capitão me passava um respe por conta disso: “Que necessidade você tem, Paula”, me dizia ele, “de ficar falando a toda hora que eu sou filho bastardo? Não precisa tá gritando isso pra bonito e pra feio, pra preto e pra branco, a cidade toda sabe dessa história.”

Mas eu não falava isso pra envergonhar ele, por Deus que não: eu tinha orgulho de pensar que aquele homem, que tinha sido carreiro nas fazendas do pai, filho da escrava Isaltina, tinha chegado a ser o único proprietário da Gratidão, do Degredo, da

Cachoeira, de Santana, da Lagoa Preta e de Santo André. Os que menos perdoam são os Moura Alves do lado de lá, que perderam as terras pro meu finado marido, porque eles só queriam saber de gozar a vida, enquanto Heleno era carreiro de seu próprio pai. Quando Heleno morreu, todos os meus filhos herdaram a sua propriedade; menos Pia, coitadinha, que é doente, não vai se casar nunca e é a herdeira única da Gratidão, no que eu morrer.

Como se não bastasse isso pra causar despeito a esse povo mau, Oceano continuou na trilha do pai, entrando na política, e, logo da primeira vez que se candidatou, foi eleito pra prefeito.

Agora, toda essa malquerença por nossa família veio de um homem chamado coronel Crespi, o carcamano maldito (que o diabo tenha ele nos infernos) e que enriqueceu à nossa custa, sojigando os fazendeiros com o preço miserável que pagava pela arroba de café. A briga dele conosco é antiga, vem do tempo do meu finado marido, que conheceu o coronel quando ele chegou menino da Itália, com o pai, que era latoeiro, com os fundilhos da calça rasgados. Os dois — pai e filho — vieram da Itália e ficaram uma temporada morando na fazenda do meu sogro, que hoje é minha, a Gratidão: foi meu sogro quem encomendou do Governo toda essa corja de italianos que enxameiam Parada de Deus: ele fez isso pra substituir os escravos, logo depois da libertação dos negros. Mas o coronel Zé Inácio nem podia imaginar que essa italianada ia fazer o mal que fez à cidade, senão não vê que ele importava esses trastes pra cá.

Quem fez boa com o “carcamano maldito” foi o meu finado marido: Heleno mandou vir de Niterói um casal, com todas as despesas pagas, alugou pra eles uma casinha na Rua do Cruzeiro, por onde o coronel passava todo o santo dia, depois do almoço, pra ir tomar um cafezinho com uma comadre italiana — a mulher do Nino Accetta, amante dele, todo o mundo sabe aqui em Parada de Deus. Tanto o coronel passa pra cá, cumprimenta a mulher já tratado por meu finado marido, e passa pra lá, e cumprimenta de novo, pois toda a gente sabia que o coronel Crespi não podia ver mulher bonita que o danado do italiano ficava todo assanhado; quando acaba, ainda por instrução do falecido Heleno, a mulher se chega, numa das passagens do coronel, e pediu a fineza se ele podia dar uma palavrinha com ela dentro de sua casa, pois que andava muito necessitada de um conselho do coronel. Ai o diabo do italiano nem esperou segunda, botou-se esbaforido pra dentro da casa da mulher, e disse ela ao falecido que tão logo ele se viu dentro de casa, longe das vistas dos vizinhos, começou a passar a mão nela, e a perguntar onde era o quarto, quando surgiu o marido (foi assim que o falecido combinou com eles) de chicote na mão, e fazendo um grande sarilho, deu uma boa lambada na cara do



sem-vergonha (que não sabia respeitar mulher dos outros) onde por muito tempo ficou o lanho vermelho do chicote, mais parecendo o talho de uma faca.

— Naquele mesmo dia, embora a Rua Direita regurgitasse de gente, já que o escândalo acontecido na Rua do Cruzeiro caíra no domínio do povo, apareceu na porta de ferro do sobrado, onde residia o coronel Crespi com a família, um caveira de boa: imediatamente todos tiveram certeza de que a caveira tinha sido colocada ali a mando do capitão Heleno, porém nunca ninguém pôde atinar em que momento haviam conseguido colocá-la ali, quando a rua regurgitava de gente e o dia ainda estava com sol claro.

— Ai foi um tal de dizer que iam matar o falecido Heleno: os meninos não largavam ele, Oceano e Pacifico viraram sombra do pai, e até Indinho, que era quase um menino, queria também seguir o pai de longe, uma graça. Nesse tempo um negro a serviço do Temístocles de Melo puxou da faca pra matar ele no caxambu do Tomás, mas Cristo-Rei protegeu o falecido. Todo o mundo pensa que foi Cipriano, o homem de confiança de Heleno, quem matou o capanga dos Caetano de Melo, mas o falecido me contou que não foi Cipriano coisa nenhuma — ele botou a culpa nos ombros pra livrar Oceano da autoria, e o falecido deu dinheiro pra Cipriano se botar pra Mato Grosso. Mas muita gente mais deve ter assuntado que quem matou de fato foi Oceano, porque o povo daqui tem medo de Oceano de veras: Oceano é tal qual o pai: parece que tou ouvindo meu finado marido dizer — do nome deste (do mais velho) virão os nomes dos outros: e batizou ele de Oceano. Depois veio Maria Dorotéia, Pacifico, Indico (que ficou com o apelido de Indinho), a Maria Pia, e a Maria Luísa, que é a caçula. Depois dela tive oito abortos, que não foram a propósito, Deus me livre, mas aquele que ia ser o Atlântico não chegou. Quantas vezes o falecido não brigou comigo por causa disso: quando eu anunciava a ele uma nova gravidez (depois que a Luísa nasceu eu ficava grávida de três em três meses, a bem dizer, e vinham logo os desmanchos) ele me resmungava, como se eu fôsse a culpada: “Vê se guarda este trem na barriga, mulher.”

Ele queria botar os nomes dos oceanos todos, tinha paixão por mar, só vendo. Mas nunca teve coragem de fazer uma viagem de navio: quando o coronel Crespi voltou à terra lá dele, de visita, o falecido me disse: “E eu que vou também fazer uma visita de navio a um lugar desses, nessa tal de Europa, que o meu pai falava tanto? Assim vejo o mar de perto.” Depois ele me disse: “Paula, ninguém me garante que aquele barco é seguro e não vai pro fundo quando estiver longe da terra.” Acho que foi por isso que ele nunca se animou a

andar de navio. Quando tinha vontade de ver o mar, pegava o trem e ia pra o Rio de Janeiro, onde via quanto mar queria. Mas o mar ele admirava de longe, como um namoro sem casamento: agora do que gostava mesmo era da terra, de suas fazendas, do trabalho na roça. Na época das eleições, quando ele tinha que ficar em Parada de Deus, tão logo se via livre da amolação, montava no cavalo e ia a galope pra fazenda, onde tirava as botinas e ia de pé no chão pro curral, para vargem de arroz, pras plantações de café.

— Mesmo depois de se ter tornado o proprietário das fazendas da Gratidão, do Degredo, da Cachoeira, de Santana, da Lagoa Preta e de Santo André, muita vez os colonos viram, já sem nenhum espanto, o antigo carreiro do coronel Zé Inácio, o filho da escrava Isaltina montado no palanque do carro de boi, empunhando a vara com a elegância com que um cavaleiro da Idade Média erguia a sua espada, atravessar os caminhos da Gratidão, como se fosse um deles e nem por isso perdiam o respeito pelo filho natural do velho coronel, que começara a sua vida candeando os bois e que depois chegara a ser o dono de todas aquelas terras, cercado pelo ódio dos irmãos legítimos e ilegítimos, porém envolvido pelo respeito daqueles que antes de serem seus empregados haviam sido seus companheiros de trabalho.

— Os colonos respeitavam a sabedoria do falecido: até o dia de sua morte, ele sabia tudo que vivia ou deixava de viver nas seis fazendas de que era dono; nem mesmo Oceano saiu com a memória do falecido pra essas coisas. Não adiantava empregado querer enganar ele, mentindo que tinha colhido menos: quando chegava na hora do acerto de contas, o falecido Heleno dava um pontapé nos sacos de café que o empregado tinha trazido, e dizia: “Onde ocê meteu o resto, crioulo? Sei que este ano tua plantação rendeu mais de cinqüenta sacas.” E podia jurar pela quantidade, porque era verdade. Agora também tinha isso, se não era verdade, e o falecido tava imaginando coisas, o empregado que tratasse de arranjar as sacas que faltavam pra completar o número calculado pelo falecido, senão ele ia padecer de veras. Bom, a verdade é que ele não errava: o café é colhido e depois vem pro nosso armazém, pra ser despulpado e negociado. Assim, ninguém sabia mais do que o falecido quanto devia render cada plantação de café. Ele tinha um gênio de cobra, e não admitia que ninguém falasse depois dele. Acho que quem mais sofreu com esse gênio fui eu — eu, que ensinei a ele os modos que tinha depois. Como é que Heleno era quando eu conheci ele? Um bicho, um verdadeiro bicho, quase não falava, só grunhia, era de dar medo. No começo do nosso casamento eu tinha que adivinhar o que ele queria só com o olhar, não adiantava eu perguntar uma, duas, dez, vinte vezes; a resposta não vinha nunca, era preciso que eu adivinhasse só com o olhar.

MARIA JULIETA DRUMMOND DE ANDRADE



Mineira de Belo Horizonte, diplomada em línguas neolatinas pela PUC do Rio de Janeiro, dirige atualmente o Centro de Estudos Brasileiros, em Buenos Aires. Aí também responde pela cátedra de Literatura Portuguesa e Brasileira na Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade local.

Iniciou a carreira literária com a novela *A Busca*, com prefácio de Aníbal Machado. O livro recebeu francos elogios de Álvaro Lins, Rachel de Queiroz, Sérgio Milliet, Lucia Miguel-Pereira, Guilhermino César, tendo sido recentemente reeditado. Antes de se transferir para Buenos Aires colaborou em jornais e revistas do Rio de Janeiro. Na capital portenha, dedicou-se por vários anos ao ensino de Português e Literatura Brasileira a argentinos, bem como a traduções, para o castelhano, de obras de autores brasileiros, e, para o português, de autores de língua hispânica.

Em 1977, reapareceu literariamente como cronista.

Uma seleção do que de melhor tem publicado Maria Julieta Drummond de Andrade está em *Um Buquê de Alcachofras* (1980). Filha de Carlos Drummond de Andrade não se intimida com a glória paterna. Convive com ela tão bem quanto com o Pai. Minemineiramente.

Canto de galo

MARIA JULIETA DRUMMOND DE ANDRADE

S

ou mulher urbana, de coração mineiro. Quer dizer: nasci num bairro tranqüilo de província, onde cada carro que passava era um acontecimento, e cedo fui transplantada para uma cidade grande. Saí direto de uma casa velha, ampla, com quintal e galinheiro, para o nono andar de um edifício, de cuja varanda eu contemplava, zozna, o movimento dos ônibus e automóveis, desfilingo lá embaixo. Estranhei, a princípio, mas acabei me acostumando. Só que essa mudança deixou em mim uma nostalgia de coisas serenas, de plantas, do cheiro de jasmim que perfumava as noites de antes.

De vez em quando esse sentimento suave reaparece e, sem dor, toma conta do meu pensamento. Lembro-me então de como eram as manhãs de Belo Horizonte, do sol muito nítido que iluminava o jardim, dos bichinhos que passeavam pelos canteiros, dos galos cocoricando por toda parte. Minha avó era sábia e ativa; antes do almoço entrava no galinheiro e, indiferente à confusão que produzia entre as aves aflitas, ia agarrando galinha por galinha; tocava-as e separava-as. Identificava sem hesitação as que estavam chocas, isolando-as num cercado de arame, junto aos ninhos; recolhia os ovos e resmungava contra os galos de crista empinada. Depois entrava na cozinha, onde o feijão, já cozido, esperava os temperos. Às onze horas, quando o alho e a cebola refogados recendiam, a sirena da fábrica, pontual, cortava o ar, e todos sabiam que o almoço simples dos netos já estava pronto. Os adultos teriam também, às onze e meia, ensopadinho de carne com batata, taioba, jiló ou quiabo.

Eu ficava rondando por ali, à espera do pilão com que se amassara o feijão e em torno do qual se grudava uma crosta espessa, áspera, insuperável, que a língua infantil lambia com delícia. Juntava as cascas dos legumes, para armar, num canto do alpendre, figuras coloridas; com os jilós e alguns palitos, criava animais pernaltas, de caras estranhas; com as sementes de abóbora, torres esbranquiçadas e pegajosas; os quiabos eram tamanduás, cobras, peixes voadores.

Esses brinquedos silenciosos ocupavam as horas da sesta. Havia outros, no quintal, junto aos pés de chuchu, cujas mínimas hastes (garras?) enroscadas podiam servir de colares e brincos. Era bom apertar umas florezinhas de veludo, apropriadamente chamadas de bocas-de-leão, pois, comprimidas entre os dedos, formavam uma espécie de goela (reencontrei-as mais tarde no campo argentino, sob o nome ligeiro de *conejos*). Era melhor mastigar as azedinhas; procurar trevos de quatro folhas que nunca se deixavam ver; descobrir o veneno vermelho de um fruto espinhoso e oval; mascar pétalas de rosa e folhas do limoeiro; lambear as violetas; colecionar joaninhas; fazer cócegas nas minhocas. Tudo parecia calmo ao redor, e até as galinhas escavam com menos afobação.

Às duas e pouco o movimento recomeçava, na casa e fora dela. Os enterros se detinham na igreja da esquina, a caminho do cemitério. Pelo menos uma vez por semana morria alguém da paróquia: vinha na frente do cortejo um carro preto e dourado, com o féretro idem; atrás, um ou dois carros de aluguel, com os parentes do morto. Os sinos tocavam, as crianças corriam para a igreja e se misturavam ao pequeno grupo escuro, choroso, entre as velas que os

coroíñas acendiam. O padre rezava e benzia, a fumaça confortadora dos turbulões se derramava pela nave. A morte era singela naquele tempo, e dessas cerimônias sobrava uma indizível impressão de festa, lágrimas, flores podres.

E da igreja — correndo! — ao quintal, onde duas árvores, repletas de mangas e goiabas, antecipavam o paraíso. Não sei o que era melhor: se comer as frutas, ainda quentes do sol, ou acariciá-las apenas, lisas, macias, nos galhos mais altos, sentindo o poder e a vertigem da altura. (Da fortaleza aérea víamos o louco, andando de um lado para o outro no pomar vizinho, inquieto, noturno, mastigando pragas ininteligíveis, ameaçador com a sua espingarda de brinquedo). Em novembro, a jabuticabeira reunia todos os prazeres.

O jardim e a horta eram regadas ao entardecer. Minha avó desenrolava a mangueira, enfiava uma das pontas na torneira do tanque, e espadanava água em todas as direções, cintilante. As plantas renasciam sob aquela chuva generosa, e cada cor se tornava mais intensa: subjugavam-me os verdes, de todos os tons, o rosa vivo, o rubi, o lilás quase roxo, o festivo amarelo. O abacateiro, a ameixeira, o mamoeiro (tão esgalgo) ficavam mais bonitos molhados. Da terra desprendia-se um cheiro que fazia bem, e a noite ia se abrindo lentamente, doce, conhecida.

Depois do jantar, a bênção, no mês de maio, com aquela cachoeira de campainhas, luzes, incenso, cravos e palmas-de-santa-rita enfeitando o altar-mor. As famílias se dispersavam: os mais idosos se recolhiam, os jovens davam uma volta em torno da igreja, ao luar, ou iam até a sorveteria. No céu impecável reconhecíamos as Três Marias, Aldeburã, o Cruzeiro; em todos os portões havia um jasmimiro em flor. Hora de dormir, hora de rezar o terço, de pedir ajuda às almas, perdão para os pecadores. E baixava o sossego, que só os passos de algum noctívago interrompia.

Penso em tudo isso sem tristeza. Casas, coisas, costumes tidos e perdidos ressurgem em meu coração de Minas e florescem subitamente em meio à trepidação que me circunda. Meu quotidiano de hoje nada tem a ver com o daquele tempo, mas já disse que me adaptei a ele. Só que às vezes, quando chego à minha varandinha atual — onde reuni alguns potes com filodendros, gerânios, fitônias, ciclâmens, marantas, e até umas latinhas com pés de alface e tomate — sinto que, à maneira cidadina, estou querendo prolongar aquelas velhas cenas, a horta, o jardim, o milagre da província. O cheiro da terra úmida é quase o mesmo; os galos é que não cantam mais.



MÁRIO DA SILVA BRITO



Paulista de Dois Córregos (1916) neto pelo ramo materno de um avô dinamurquês lírico e sonhador, com quem conviveu na infância e certamente influuiu para que se tornasse o que é: um eterno aluno da vida, sempre entusiasta, seja satírico ou jovial, irônico ou ferino, enfim uma daquelas pessoas que Carlos Drummond de Andrade inclui entre as "delícias do gênero humano".

Participou ativamente da vida intelectual acadêmica; foi colaborador de jornais e revistas de São Paulo e durante longo tempo crítico literário do Correio Paulistano.

Trabalhou em diversas editoras antes de se transferir para o Rio de Janeiro, como diretor editorial da Civilização Brasileira.

Ganhou os prêmios Fábio Prado e Jaboti com Antecedentes da Semana de Arte Moderna. Com o volume de poemas Universo conquistou os prêmios Francisco de Paula Ferraiol e, de novo, o Jaboti.

Pelo conjunto de sua obra recebeu o prêmio Machado de Assis, conferido pela Academia Brasileira de Letras recentemente foi distinguido pelo Governo do Estado de São Paulo com a medalha Mario de Andrade por sua atividade poética.

Tristão de Alayde o considera "o grande historiador do modernismo".

O fato é que sendo poeta, prosador, ficcionista, organizador de antologias, conferencista, historiador e, às vezes, memorialista, Maria da Silva Brito acabou criando um gênero literário de quem é capaz de ser, ao mesmo tempo e com humor surpreendente, escafandrismo social e homem pássaro libertário.

Comparece em A Lavoura trajando a farda da academia dos hortelões.

Momento campestre

MÁRIO DA SILVA BRITO

Um sabor de amora

já madura
adoçando a boca;

um cheiro forte
de erva esmagada
entre os dedos;

um surdo badalar de cinorro
no pescoço grosso da vaca
e um mugir magoado
de boi ruminando o pasto;

um murmúrio de regato
entre arbustos deslizando,
enquanto na distância
impaciente cavalo relincha;

um perfume de flores
de todas as cores
rodeadas de abelhas zumbidoras
ou colibris sôfregos de aroma;

uma batida de porteira
e um ronco de automóvel
ao longe;

um gorgolejo de água
saíndo fresca da moringa;
e cães que ladram
perseguinto galinhas no terreiro
aos tropeços;

e a brisa marulhando
no mar azul do capinzal
sob o céu ensanguentado
de nuvens rubras;

e o sol
em fulgor vibrante
os olhos cegando;

e os marrecos a mergulhar
o bico na lagoa
— espelho de pensativos
bambuzais;

e um galho seco
que se parte
ao pé do caminhante;

e o ruído de vozes e gargalhadas
passeando pela estrada além;

e a mata sombria
onde víboras
escondem o veneno;

e pássaros trilhando
a sós ou em bando,
pelas ramas do arvoredado;

e o verde da campina
verdeando mais ainda
os teus luzentes olhos
já de si tão verdes.



OTTO LARA RESENDE



Nasceu em São João del Rei, Minas Gerais, em 1922. Fez o curso de humanidades na sua cidade natal e diplomou-se em Direito em Belo Horizonte. Começou muito cedo sua vida na imprensa. Nas alterosas foi redator de O Diário e colaborador da Folha de Minas, e no Rio, de diversos jornais. Foi Diretor de Manchete e do Jornal do Brasil. Viveu seis anos no exterior, no serviço diplomático, em Bruxelas e em Lisboa. Publicou: O Lado Humano (contos, 1952), Boca do Inferno (contos, 1956), O Retrato na Gaveta (contos, 1962), O Braço Direito (romance, 1963), e As Pompas do Mundo (contos, 1975).

Otto Lara Resende, hoje na Academia Brasileira de Letras, tem fama de ser o mais brilhante causeur do Brasil, e, sob o manto diáfano da verve e da ironia vai espargindo, muitas vezes, a revolta dos justos.

Ainda em Belo Horizonte, lecionou no Instituto Padre Machado, que seu Pai dirigia. Ali estudavam dois filhos de Israel Pinheiro, então dinâmico Secretário da Agricultura de Minas. Otto acabou se casando com uma de suas filhas. Hoje é pai-amigo e avô coruja.

Nelson Rodrigues, divulgou com grande ênfase uma frase de Otto: "O mineiro só é solidário no câncer". Trata-se, é claro, de uma boutade. Pois a solidariedade mineira — que se manifesta com tanta vitalidade nesta revista, é a mola propulsora dos artigos que Otto Lara Resende, sempre aos domingos, escreve no Globo.

Verde é verba

OTTO LARA RESENDE



A população brasileira está cada vez mais urbana. Ou cada vez menos rural. Os números dão notícia da corrida acelerada para as cidades, que incham sem parar. No meu tempo de estudante, na Faculdade de Direito, o velho professor Pedro da Mata Machado já fazia uma pregação contra o êxodo rural. Era um tema comum, que assustava a imprensa bem-pensante e freqüentava os editoriais.

Eu sentia um certo remorso de estar ali na aula, interessado no Direito Romano, em vez de estar na lavoura, plantando, ou no retiro, bem cedinho, tirando leite. No fundo da nossa consciência, ou do inconsciente, o máximo que se aceitava em matéria de tração à vida no campo era a indústria dos laticínios. Pobre indústria, que desnata o leite, fazia manteiga e queijo.

Cidade artificial, traçada no papel, a meu ver burramente, Belo Horizonte queria ser uma ruptura com a Minas rural, com o Brasil essencialmente agrícola. A República era positivista e progressista. Queria o futuro, com otimismo. Bom era a novidade. Mas basta ver o nome antigo da capital de Minas: Curral del Rei. Está aí inteirinho o nosso passado agrícola. Até os anos 40, a gente tinha medo, em Belo Horizonte, de dobrar uma esquina e dar no curral, ou no chiqueiro. A roça está por toda parte, está entranhada em nossa maneira de falar e no fundo do nosso coração.

Não tem nada de mais nisto. A própria Revolução Industrial é recente na Inglaterra. A máquina chegou outro dia mesmo. Depois é que veio o *taylorismo*, a linha de série e a automação. Agora é o *robot*, que elimina da fábrica a presença do homem. No Brasil, a industrialização foi recebida com deslumbramento. As duas grandes guerras deste século deram oportunidade para instalar aqui umas fabriquetas com tecnologia estrangeira. O café pagou o surto fabril de São Paulo.

Foi aí que ficou feio trabalhar na lavoura. Flávio de Carvalho foi uma voz solitária, quando há 30 anos gritou que o agricultor é o trouxa da nação. Não sei se é mesmo. Pecuarista sei que chora muito, pior do que bezerro. Mas suspeito que de fato a agricultura foi ficando pra trás. Esquecemos nossas seculares raízes agrícolas. Ninguém

mais era do campo, todo mundo é da cidade. A lavoura ficou para os caipiras, gente sem letras nem tretas.

No entanto, todos nós brasileiros somos recém-chegados à cidade. A colônia só foi possível graças à exploração agrícola. Os vários ciclos econômicos, do pau-brasil ao café, estão todos baseados na agricultura, que se sustentava no latifúndio e no trabalho escravo. Minas Gerais é que, no século XVIII, saiu um pouco desse esquema: ficou de cócoras batendo ouro nos arraiais. Mas logo teve de trabalhar a terra ingrata, como é a da zona de mineração. O ouro refugiou-se nas igrejas e nos sonhos. No dia-a-dia, pai de família que não tem plantação não vai pra frente, não.

Paulo Francis disse uma vez que a literatura brasileira é muito caipira. Tem toda razão. Somos de fato regionalistas. Sempre fomos, antes e depois de "Pelo Sertão", de Afonso Arinos. Antes e depois de "Os Sertões", de Euclides da Cunha. Antes e depois de "Grande Sertão: Veredas", de João Guimarães Rosa. A literatura não faz mais do que refletir a realidade. Agora é que está surgindo, nas grandes cidades, gente que jura que o ovo é fabricado por uma multinacional. Há brasileiros que só conhecem leite em saquinho, ou na xicara. Há crianças que morrem de medo de uma galinha, que nunca viram, e transam bem como o Super-Homem.

Por isto é que está surgindo uma literatura urbana, que encaixa a brutalidade da violência. Mas se tirarmos as escamas dos olhos, o campo ainda é a nota dominante em nossa cultura. O romancista mais popular do Brasil, Jorge Amado, tem os pés e as mãos atolados na lavoura do cacau. O açúcar deu todo o ciclo do Nordeste. Vidas Secas só são dramáticas no campo, onde a chuva é bênção. Em todas as regiões do Brasil, a ficção se escreve na terra. Até o romance do cosmopolita Oswald de Andrade passa pelo café.

Não nasci nem fui criado em fazenda, mas sei que o meu umbigo está na lavoura, da qual todos acabamos de sair. Brasileiro é tudo cabra do eito. Meu pai nasceu na Boa Esperança, provavelmente a mais antiga fazenda de Minas Gerais. Depois de tombada pelo Patrimônio Histórico, sua sede hoje está desapropriada. Lúcio Costa foi visitá-la e exaltou sua beleza arquitetônica, sua capela com teto do Ataíde. Está no município do Belo Vale. Antes de cair na mão de meu bisavô, a fazenda foi dos Monteiro de Barros.

Quem é que não tem uma fazenda no seu passado recente? Por isto sofremos a nostalgia do campo, suspiramos pela sua perdida paz. Estamos todos exilados na cidade, com fé em Deus que qualquer hora dessas a gente volta pra lavoura. Casa de campo só é bom primeiro porque tem a palavra *casa* e depois porque é *de campo*. É tudo que o apartamento e a cidade não têm: ar, espaço, verde. Um dia escrevi que paisagem é verba. Pois é mesmo. Eu tinha visitado umas fazendas na Dinamarca e de repente me senti em casa, quando entrei no paiol, no galinheiro e no estábulo. Vi um fazendeiro lá que gostava mais da vaca do que de sua mulher. E os três estavam de acordo: a vaca, o fazendeiro e a mulher.

A única diferença do Brasil é que na Dinamarca, no mundo adiantado, ninguém faz pouco do campo. Todo mundo sabe que todo mundo come na mão da lavoura. A agricultura tem crédito e *status*. O dono de uma fazendola fala grosso porque tem meia dúzia de galinhas, ou três alqueires e uma vaca. No Brasil, ainda temos complexo de índio: temos medo de saber nome de árvore e enxada é pior do que garfo do Diabo. Todos fedemos a hostia de boi, mas ficamos embaçacados diante do avião a jato, pra fingir que não somos caipiras. É uma vergonha.

PAULO MENDES CAMPOS



Nasceu em Belo Horizonte, em 1922, herdando do pai — que é médico e vive fagueiramente numa casa sitiada de arranha-céus — o gosto pela literatura. Nomeado guarda-sanitário exerceu o cargo enfiado na biblioteca da Diretoria de Saúde Pública, onde encontrava tempo para montar o suplemento literário da Folha de Minas.

Vio para o Rio em 1945, para trabalhar em jornais, colaborando em revistas e agências de documentários cinematográficos.

De sua lavra: *A Palavra Escrita* (poemas, 1951), *O Domingo Azul do Mar* (poemas, 1958), *O Cego de Ipanema* (crônicas, 1960), *Homenzinho na Ventania* (crônicas, 1962), *O Colunista do Morro* (crônicas, 1965), *Testamento do Brasil* (poemas 1966), *Hora do Recreio* (humor, 1969), *O Anjo Bêbado* (crônicas, 1969), *Transumanas* (miscelânea, 1977), *Crônicas Escolhidas* (1981).

Na primeira terça-feira de maio de 1981, em seguida à sua aposentadoria, foi homenageado na SNA, com bolinhos de feijão magistralmente feitos por Newton de Andrade e a presença de mestre Pedro Nava, do esquivo Marco Aurélio Moura Mattos, Maria Lucia Godoy, Carlos Castello Branco, Borjalo e todos os colaboradores deste número especial de *A Lavoura* (com raras exceções de alguns que só agora estão entrando, mas não fazem cerimônia).

Ao comprovar que o autor de *A Palavra Escrita* era um agrarista simulado, o presidente da Casa deu-se conta de que poderia estar diante de uma porção de "fazendeiros do ar".

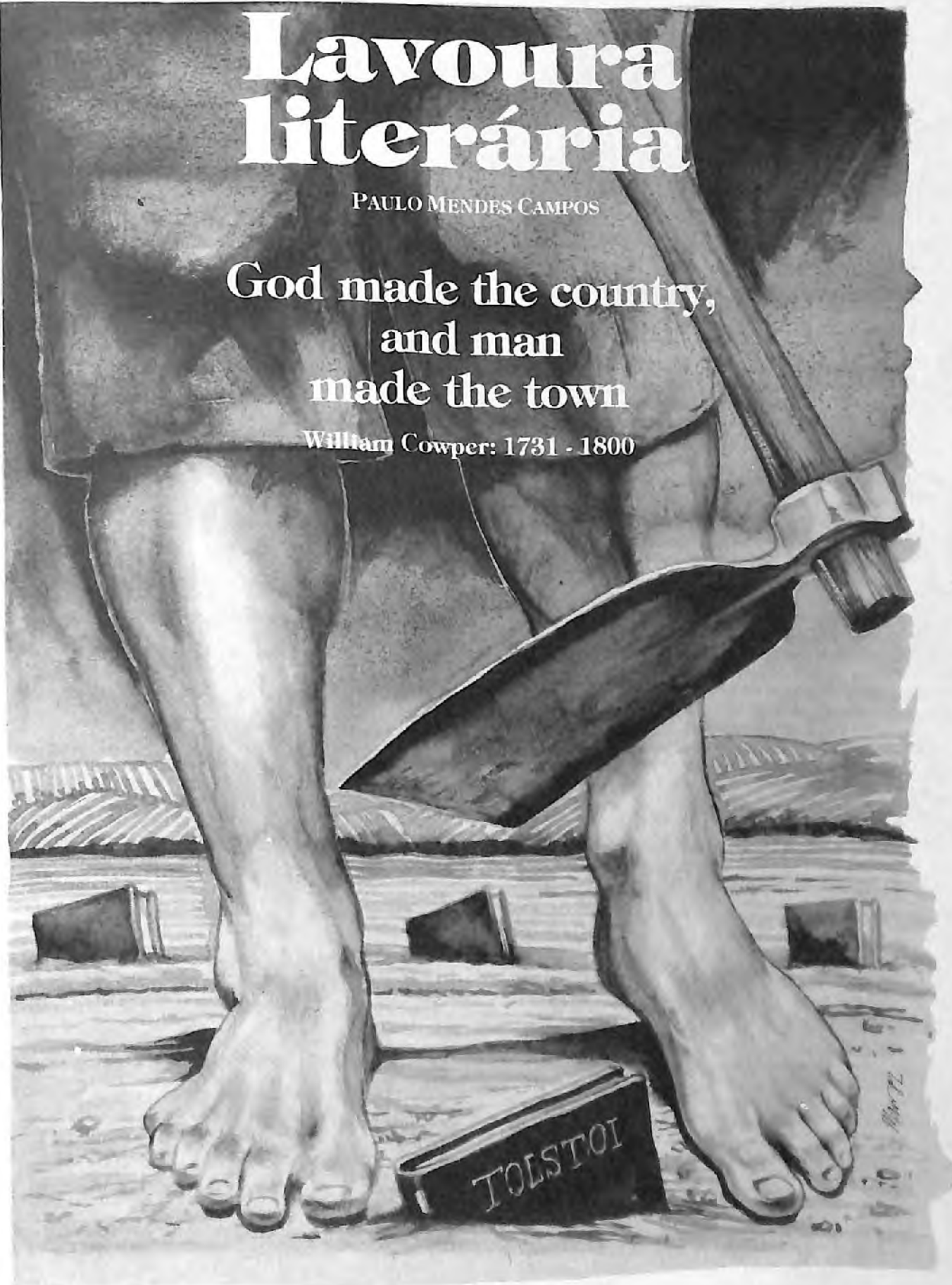
Estava mesmo.

Lavoura literária

PAULO MENDES CAMPOS

God made the country,
and man
made the town

William Cowper: 1731 - 1800



S

e eu fosse erudito e alemão, talvez escrevesse em doze tomos a História da Lavoura na Literatura. Faltando-me a ciência e a raça adequadas, planto neste papel uns pés de couve-troncha.

Dou-me bem no espaço vegetal. Não tive gato nem cachorro na infância, só mangueiras e jaqueiras. Hoje, em idade *papabile*, reconheço, ao topar com uma horta esmerada, que sou, antes de tudo, um hortelão transviado.

Ando e me encontro (perdido) no sertão sem porteiras de Guimarães Rosa, o sertão de *dentro da gente*; mas o que me põe de olho doce, no trivial, é a cultura prática, a horta de boa linhagem, bem irrigada, aristotélica. Ai!

Lavoura e literatura andaram juntas por muitos caminhos. *Laborare*, que para os latinos era trabalhar a terra, entrou com seus deverbais para a terminologia do ofício de escrever: trabalhar o verso, lavrar o soneto... Só nas durezas do arado o escritor achou uma analogia condigna dos labores do *stilus*. Fazer com palavras foi mão de obra rural na imaginação dos antigos.

A Renascença conferiu às produções do espírito um andamento ergotizante. Boileau compôs uma arte poética mecanicista, e acabou por dirigir uma epístola de consolação (analogica) à lida (estilística) de seu jardineiro. Os Românticos viram os desmandos da natureza com mais prazer do que a horta culta dos poetas menores.

Rousseau se deleitava nas tormentas, nas cataratas estrepitosas, e, nessa escala de grandeza, não lhe falava à alma a doçura dum vale cultivado. Seu discípulo, no entanto, Bernardin de Saint-Pierre, por mais paulo-virginizado que andasse em literatura, estudou botânica e chegou a ser o intendente do *Jardin des Plantes*, onde, antes dele, Buffon (o estilo é o homem) deu cursos práticos sobre as plantas com grande sucesso de público; e a sua *História Natural* foi um chuá de vendagem. Se as letras românticas nada revelam de amor agrário, alguns de seus autores, contudo, tinham queda para o plantio e para a pesquisa vegetal, talvez como compensação psíquica às intempéries da imaginação. Chateaubriand projetou o parque de sua mansão, plantando nele seus vegetais mais queridos. Lamartine era dono de vinhedos, mas, gastando mais do que lhe rendiam as uvas, acabou no sufoco das dívidas. Chamisso, autor da *História Maravilhosa de Peter Schlemil* (o homem que perdeu sua sombra) foi diretor de Jardim Botânico e autor de trabalhos especializados. Antes dele, Chaucer, poeta narrativo perfeito, foi administrador



dum parque florestal e descrevem em verso as árvores bem-amadas, uma por uma.

Antes disso, naturalmente poetas gregos e romanos funcionaram como intérpretes agrários; sem falar nos desenhos agrícolas dos poetas do vale da China e das serranias do Japão (Bashô significa bananeira). Helenos e latinos cultivaram os versos do campo como helenos e latinos, ou seja, com uma elegância na qual se fundiam a calma do racionalismo e a sensualidade da harmonia. Arte grega é transfiguração de ritos agrícolas; o teatro decorre das cerimônias da fertilidade. A expansão geográfica e cultural da Ática também é resultante do problema agrário: por escassez de terras generosas, os gregos foram criar colônias agrícolas em Marselha, Nápolis (Nea-polis, Cidade Nova), Siracusa, Bizâncio, Roma, pelo menos para os economistas, entrou em desgraça quando a Mãe Terra, esgotada, perdeu a bondade exaltada por Ilorácio e outros.

Mas nem todos os poetas foram horácianos. Nos tempos modernos, Baudelaire e Wilde se quiseram inimigos pessoais da natureza. Entre os clássicos surpreende-nos como sempre a candura de Montaigne, quando confessa que, menino criado no campo, nunca soube distinguir muito bem uma couve duma alface. Caso contrário, um poeta essencialmente agrícola é Ariosto, que passou os últimos anos de sua vida a remexer adoidado nos versos do Orlando Furioso e nas plantas de sua propriedade. Dele, disse o filho que cultivava a terra como escrevia, isto é, não deixava nada no mesmo lugar por mais de três meses.

Na Rússia, a festa de São João trazia uma árvore para o centro das aldeias. Com as bétulas do ritos



nupciais e dos mitos da primavera, com os freixos e abetos sombrios, Púchkin, falou alguém, possuía uma árvore dentro do peito. A literatura russa que se segue vai preferir dramatizar o camponês castigado, enquanto o campo se faz apenas uma extensão do sofrimento. A relação homem-terra ia ser reformulada de várias formas patéticas dentro da obra e dentro da consciência de Tolstoi.

A nostalgia da roça parece que vai reingressando no poluído coração contemporâneo. A minuciosa e atenta ternura de Colette pelas florações rústicas... o camponês que não saiu de dentro da cabeça de cenoura de Jules Renard... as jornadas campestres de Francis Jammes... a joalheria vegetal de Juan Ramón Jiménez... o lirismo água-boi-oliveira-limão de García Lorca... *Verde que te quero verde* é hoje um refrão repetido por muita gente, com o fogo do remorso e um pingô da esperança.

Percorre a lírica portuguesa, desde os trovadores até Fernando Pessoa, uma ceifeira a cantar; talvez nenhuma outra nação literária tenha sido tão agrária por tão longo tempo e por autores tão diversos. Mas no Brasil deu-se a aventura da terra virgem e foi bem diferente. Manuel de Santa Maria Itaparica, precursor da propaganda (seu poema é um colorido panfleto institucional), proclamou, há mais de duzentos anos, a excelência das nossas uvas, cocos, limões, laranjas, ananases, jacas, cajus, aracás, não omitindo a publicidade da mandioca, do inhame, da fava, do cará, da batata, do milho, do arroz e do mangará (banana): era o paraíso brasileiro da ilha de Itaparica. Os arcades de Vila Rica confundiram um pouco os dois mundos. Nos meus momentos mais contrariados de animal urbano, no cruzamento de Rio Branco com Presidente Vargas, ou engarrafado

em Manguinhos, com ressentimento de mim, repito em resmungos de oração a quadra de Cláudio Manuel da Costa: *Quem deixa o trato pastoril, amado, pela ingrata civil correspondência, ou desconhece o rosto da violência ou do retiro a paz não tem provado.*

Mas Gonzaga, com a franqueza que o distingue, nega seu gosto pela fazenda e canta Marília com um duvidoso bucolismo de biblioteca.

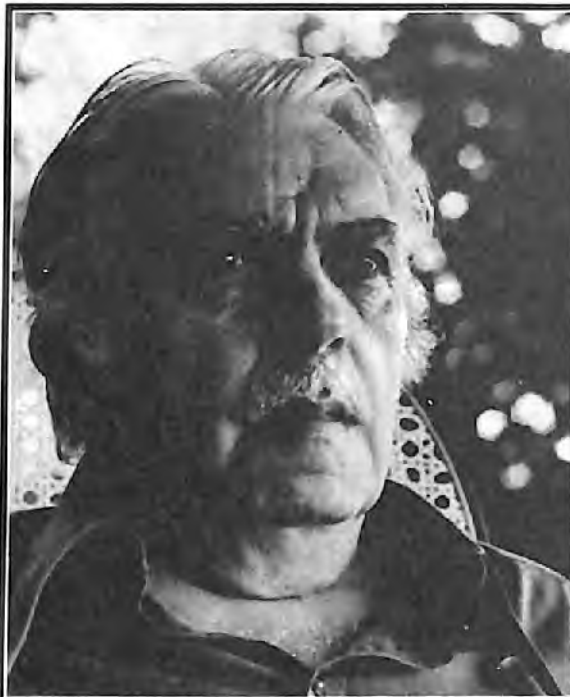
Nossos românticos fizeram da natureza um trampolim para as figurações portentosas. Mas as descrições em Castro Alves, das tardes brasileiras são genuínas. Os parnasianos usaram dos vegetais para a produção de símiles; os simbolistas, para a produção de símbolos. Augusto dos Anjos era forte na imagem negativa, esboçando aqui e ali gravuras sombrias da decomposição moral e física dum engenho de cana.

Entre os modernistas, vejo um fazendeiro do faz-de-conta na poesia de Mário de Andrade. E em toda a obra de Carlos Drummond de Andrade espalha-se uma fazenda no ar, dói uma sandade (crítica) de fazenda, e existe uma repulsa (poética) pela transformação dum fundo rural em quadrilátero ferífero. De todos os nossos escritores, o fazendeiro de fato é Monteiro Lobato. Mas este foi fazendeiro antes e durante a sua lavoura literária. Trata-se de escritor rural, de extensa cultura rural, na qual se cercou e lavrou. Ele tinha mesmo de ficar safado como um Jeca Tatu diante dos quadros do Modernismo. E teria agido bem se tivesse escrito — como fez o poeta argentino José Hernandez — um *Guia do Fazendeiro*.

Existem ainda os romancistas modernos, mais aqui é muita terra. Vamos, pois, resumir: Rousseau pregava o homem natural; Robinson Crusoe, ilhado no âmago do natural, recomeçou logo a recompor o conforto civilizado. Entre um e outro, nós, os de hoje, de agora, estamos perplexos, já bastante apavorados com a civilização, e ainda mal descortinando, para nós mesmos e para os nossos governos, um comportamento ecológico, uma salvação. Assim, com a linda palavra ecologia, talvez aspiremos a uma síntese entre o racionalismo de Robinson e o romantismo de Rousseau. Pagamos para ver.

De minha parte, dentro da fazenda literária, acredito que um poeta sobrepasse os outros modernos da intuição duma sabedoria ecológica. Falo do americano Robert Frost, que foi fazendeiro mesmo e escreveu poesia agrária. Pagava a pena contar um pouco dessa poesia que é fazenda e dessa fazenda que é poesia. Mas já bati com o focinho na cerca do pasto que me demarcaram.

RUBEM BRAGA



Nascido em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, em 1913, começou a trabalhar em jornal ainda estudante, assinando uma crônica diária no Diário da Tarde de Belo Horizonte, para onde se transferiu, depois de curto período no Rio de Janeiro. Acompanhou a Força Expedicionária Brasileira durante a II Guerra Mundial, como correspondente do Diário Carioca junto ao Alto Comando Aliado na Itália. Suas viagens se estenderam a vários países do mundo, tendo vivido em Paris, Santiago do Chile e Marrocos, neste último como embaixador do Brasil, entre 1961 e 1963.

Nunca deixou de escrever regularmente crônicas para jornais e revistas, vindo a constituir um verdadeiro fenômeno: o de ser o único escritor a conquistar um lugar definitivo na nossa literatura exclusivamente como cronista.

Rubem Braga tem predileção especial pelas coisas da natureza, tomando frequentemente como tema o mar, os animais, as árvores. Suas crônicas de amor e exaltação à mulher, como também as que dedicou a passarinhos, borboletas, cajueiros, amendoceiras e pescarias são das mais belas páginas de nossa literatura.

Publicou: O Conde e o Passarinho (1936), Morro do Isolamento (1944), Com a F.E.B. na Itália (1945), Um Pé de Milho (1948), O Homem Ronco (1949), Três Primitivos (1954), Borboleta Amarela (1955), A Cidade e a Roça (1957), e Ai de Ti, Copacabana (1960).

Um pé de milho

RUBEM BRAGA

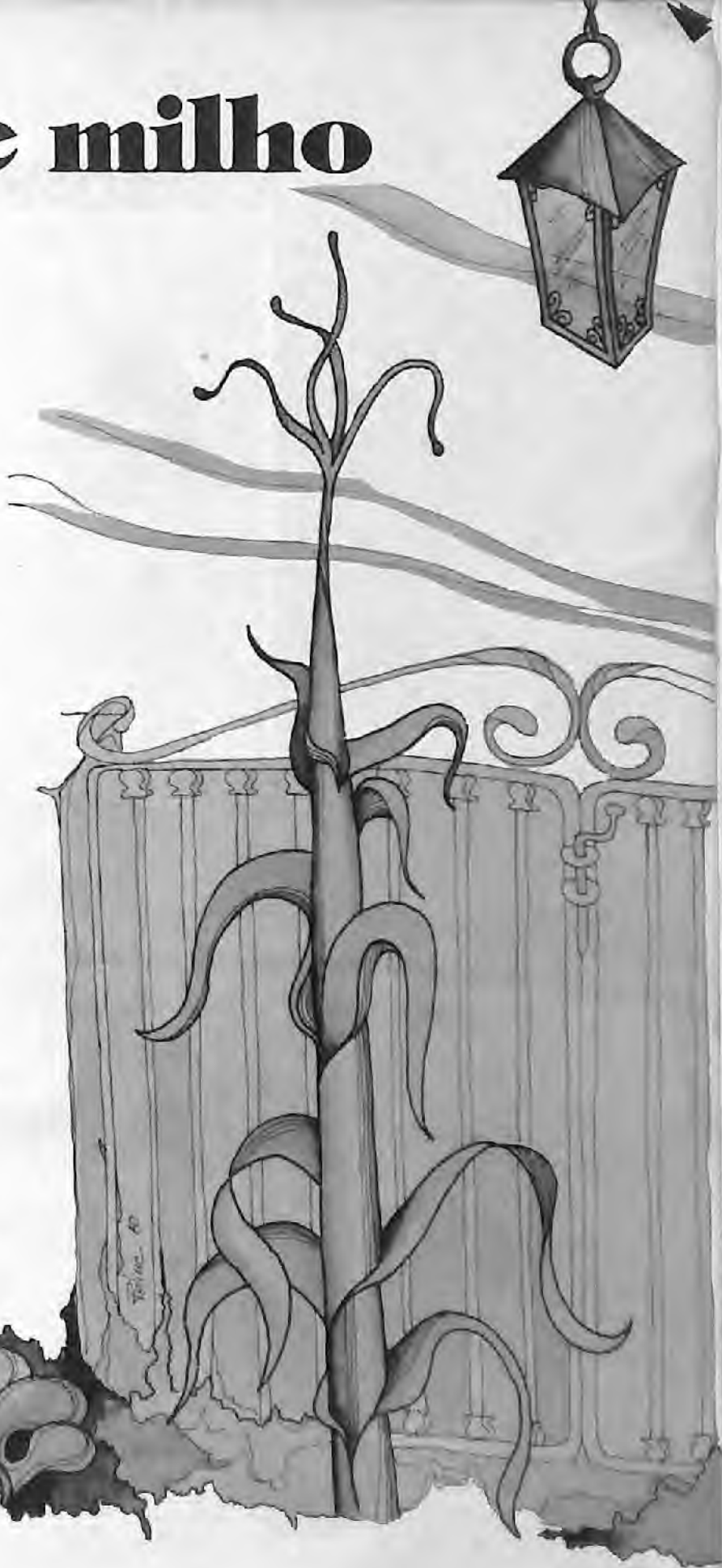
O

s americanos, através do radar, entraram em contato com a lua, o que não deixa de ser emocionante. Mas o fato mais importante da semana aconteceu com o meu pé de milho.

Aconteceu que no meu quintal, em um monte de terra trazido pelo jardineiro, nasceu alguma coisa que podia ser um pé de capim — mas descobri que era um pé de milho. Transplantei-o para o exíguo canteiro na frente da casa. Secaram as pequenas folhas, pensei que fosse morrer. Mas ele reagiu. Quando estava do tamanho de um palmo veio um amigo e declarou desdenhosamente que na verdade aquilo era capim. Quando estava com dois palmos veio outro amigo e afirmou que era cana.

Sou um ignorante, um pobre homem de cidade. Mas eu tinha razão. Ele cresceu, está com dois metros, lança as suas folhas além do muro — e é um esplêndido pé de milho. Já vi o leitor um pé de milho? Eu nunca tinha visto. Tinha visto centenas de milharais — mas é diferente. Um pé de milho sozinho, em um canteiro, espremido, junto do portão, numa esquina de rua — não é um número numa lavoura, é um ser vivo e independente. Suas raízes roxas se agarram no chão e suas folhas longas e verdes nunca estão imóveis. Detesto comparações surrealistas — mas na glória de seu crescimento, tal como o vi em uma noite de luar, o pé de milho parecia um cavalo empinado, as crinas ao vento — e em outra madrugada parecia um galo cantando.

Anteontem aconteceu o que era inevitável, mas que nos encantou como se fosse inesperado: meu pé de milho pendoeu. Há muitas flores belas no mundo, e a flor de milho não será a mais linda. Mas aquele pendão firme, vertical, beijado pelo vento do mar, veio enriquecer nosso canteirinho vulgar com uma força e uma alegria que fazem bem. É alguma coisa de vivo que se afirma com ímpeto e certeza. Meu pé de milho é um belo gesto da terra. E eu não sou mais um medíocre homem que vive atrás de uma chata máquina de escrever: sou um rico lavrador da Rua Júlio de Castilhos.



SÁBATO MAGALDI



Nasceu em 1927, em Belo Horizonte, onde diplomou-se pela Faculdade de Direito em 1949.

Embora não tenha assinado a apresentação da Revista Edifício foi o sintetizador mais fiel das tendências literárias da juventude que esbravejava por justiça nas Minas Gerais de 1945 — tendo vivido o período da guerra (1939-1945) e assistido tanto o esplendor e morte do getulismo quanto a alvorada angustiante de Sartre. Tudo isto à época da ditadura mais violenta do getulismo.

Em 1949 já estava no Rio, onde rapidamente se salientou como crítico teatral. Hoje se coloca entre os melhores, senão o mais categorizado crítico do teatro brasileiro.

Sábato Magaldi que, nos albores de 1946, preocupava-se para que sua (nossa) geração evitasse "a ridícula condição de mártires do nada" — deixava escapar, já àquela época, quanto "o teatro acendia nossa volúpia".

Professor da Escola de Arte Dramática e hoje da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, crítico militante na imprensa, (Jornal da Tarde) conferencista perante platéias daqui e d'além mar, publicou, entre outros trabalhos, Panorama do Teatro Brasileiro (1962), O Cenário no Averso (1977), sendo o organizador da edição do Teatro Completo de Nelson Rodrigues (1981), cuja apresentação é também a melhor análise da obra do grande dramaturgo. Foi Secretário de Cultura da Prefeitura de São Paulo na gestão do Prefeito Olavo Setubal e é membro do Conselho Federal de Cultura.

O homem do campo no palco

SÁBATO MAGALDI



Entre os dramaturgos modernos, trataram da realidade agrária, entre outros, Abílio Pereira de Almeida, Edgard da Rocha Miranda e Jorge Andrade. Realizando no palco o ciclo do café, como no romance José Lins do Rego fez o da cana de açúcar e Jorge Amado o do cacau, Jorge Andrade atribuiu grande importância, em sua dramaturgia, aos problemas da terra. A *Moratória* tem como protagonista um fazendeiro, arruinado pelas repercussões da crise mundial de 1929. E *Vereda da Salvação* analisa os desvios de um misticismo exacerbado em camponeses pela miséria.

Nas últimas temporadas teatrais, chamou a atenção o espetáculo *Na Carrêra do Divino*, apresentado pelo Pessoal do Victor. Os atores, vindos em geral do Interior, quiseram valorizar a cultura caipira, exercitando-se inclusive na fala característica, a que seus ouvidos estavam familiarizados desde a infância. Tomando por base *Os Parceiros do Rio Bonito*, ensaio sociológico do crítico Antônio Cândido, lançaram-se a uma pesquisa, cuja redação final, como texto de teatro ficou a cargo do dramaturgo Carlos Alberto Soffredini.

O conflito central de *Na Carrêra do Divino* se prende à questão da posse de terras. Uma família vive, há décadas, numa área, sem cogitar do título que lhe asseguraria a propriedade. Uma bela hora outras pessoas, se não amparadas pelo direito, ao menos pela força, exigem sua retirada do local. Não tem a família outros meios para fixar-se na terra: impõe-se o êxodo rural, em resposta a um jogo em que ela aparece de antemão perdedora. *Na Carrêra do Divino* distingue-se como um dos mais belos poemas dramáticos em favor da tão necessária permanência do homem no campo.

O ano teatral de 1981 registra nova manifestação da vida agrária no palco. Ela se denomina *Cala Boca Já Morreu*, estrada em novembro, no Teatro Experimental Eugênio Kusnet de São Paulo. O Grupo de Teatro Mambembe fez uma pesquisa, semelhante à empreendida pelo Pessoal do Victor, e confiou a redação a Alberto de Abreu. Sob o prisma temático, a peça pode ser tomada como uma continuação de *Na Carrêra do Divino*.

Na senda de tantas personagens da nossa comédia tradicional, assinalando-se ainda as de José de Alencar e Artur Azevedo, o protagonista, o matuto João Gregório, ou João Saquarema, sai do campo em busca da riqueza de São Paulo. Desde a chegada, tentam envolvê-lo uma pedinte, uma prostituta de beira de estação, a dona de uma pensão barata e até um estranho revoltado político. A ingenuidade inicial cede lugar, aos poucos, à malícia no trato com as ilusões da metrópole. O matuto, desiludido da perspectiva de uma fortuna fácil, acaba por arranjar emprego numa indústria automobilística do ABC.

Pode-se afirmar que a dramaturgia brasileira, no seu todo, advoga melhores condições para o homem do campo, aliando-se aos que lutam no propósito de evitar as tristes consequências do êxodo rural.

A presença dos problemas agrários é uma constante no teatro brasileiro, desde que ele tomou consciência da realidade nacional, na primeira metade do século passado, a partir das comédias de costumes criadas por Martins Pena (1815-1848). No verdadeiro inventário que o comediógrafo procedeu da vida do país, não poderia estar ausente o campo, contraposto em parte à metrópole, o Rio de Janeiro.

Martins Pena verbera o abandono a que é relegada a província. Em *Um Sertanejo na Corte*, a capital, civilizada, ostenta teatros e as invenções do momento (seges, bonecos de cera, mágicas etc.), enquanto o sertão permite que se ouça esta sentença: "Desgraçada da nação cujos povos vivem na mais crassa e estúpida ignorância!"

O homem urbano é refinado, mas esperto e sujeito à corrupção. Já o provinciano, bronco, rústico e ingênuo, revela moralidade sólida, como os fazendeiros e os roceiros, e o Paulista de *O Dilettante*. Martins Pena tinha consciência dos males provocados pela saída do campo. O soldado Pacífico, vindo do interior para prestar serviço no Rio de Janeiro, diz, em *As Desgraças de uma Criança*: "O Estado precisa mais de filhos do que de soldados, e demais, a lavoura é quem perde com isso".

O provinciano sente a sedução da metrópole, que procura sugar-lhe todas as reservas. Nos mais variados autores, o sertanejo torna-se vítima de uma exploração. *Quebranto*, de Coelho Neto (1864-1934), confere outro desfecho ao tema. Uma família carioca se dispõe a ludibriar o rico seringueiro Fortuna, dando-lhe até em casamento a jovem Dora, por interesse econômico. O velho amazonense, embora machucado pelo desencanto, desfaz a trama e rompe o compromisso, não sustentado por vínculo sentimental da noiva.

WILSON FIGUEIREDO



Nasceu em 1924, em Castelo, no Espírito Santo, e viveu em diversas cidades do interior de Minas. Com 16 anos foi internado em Orlandia (São Paulo) e com 18 anos passou a residir longe da família, em Belo Horizonte, de onde saiu em 1955 para consagrar-se comentarista político, na muy leal cidade do Rio de Janeiro. Agitado desde o berço, praticou o jornalismo nos Diários Associados, de Belo Horizonte, onde foi também redator da Folha de Minas; no Rio trabalhou em diversos jornais e revistas, fixando-se há 25 anos no Jornal do Brasil.

Tímido e contestatário da própria timidez e veemente nas convicções políticas, bom poeta, escrevendo os versos que ultimamente vem perpetrando *Publicou Mecânica do Azul* (1946) com prefácio de Tristão de Alvaide e *Poemas Narrativos* (1948), ambos pelas edições Edifício. Inovador na crônica política, através de um estilo em que o bom humor se altera com farpas bem afiadas, vai acalhar escrevendo obra semelhante à do memorialista Pedro Nava, da qual é dos mais destacados exegetas.

Em 1945 formou com Sílvio Magaldi, Francisco Iglésias, Antran Dourado, Jacques do Prado Brandão e mais alguns — um grupo cujas características e importância somente poderão ser julgadas no futuro, pois seus integrantes ascenderam ao palco da literatura já contaminados do mal incurável da mais feroz autocritica.

Essencialmente Agrícola

WILSON FIGUEIREDO

A última geração que ouviu dizer — “o Brasil é um país essencialmente agrícola” chega à idade da aposentadoria sobrecarregada pelo arrependimento de não ter acreditado no que pai dizia para filho.

Consenso era aquilo. Dizia-se com convicção e repetia-se por hábito. O avô com ênfase nostálgica, o pai com a tônica do intermediário e o filho ainda sem a capacidade de duvidar: país essencialmente agrícola.

Mas bem no fundo todos suspiravam pela industrialização. Entre pais e filhos estabeleceu-se a divergência que opunha a agricultura à indústria. A Política recolheu a incompatibilidade inexistente. Os partidários da agricultura propunham a completa abstinência industrial, os industrialistas menosprezavam a produção agrícola.

Chegou a existir uma vergonha de ser descendente de fazendeiro. Industrial, mesmo falido, era a glória, o progresso. O fato é que a última vez em que o Brasil essencialmente agrícola faturou uma eleição importante deve ter sido em 1950. Depois de trinta anos é natural que a memória eleitoral brasileira vá-se enfraquecendo por falta de uso. Getúlio Vargas foi uma ducha de água fria no fervente civismo da geração que viu cair o ditador e na seguinte o viu voltar eleito pelo voto direto, secreto e universal. E ainda por cima, o latifundiário iria ser o símbolo da modernização política e da industrialização.

Fica ao futuro o encargo de decidir se, afinal de contas, Vargas foi o último fazendeiro ou o primeiro Presidente da era industrial. Entrou pela mão da confiança rural e saiu, sem dúvida, pelo braço da desconfiança industrial. Tinha faltado um camelo para vender a sociedade industrial: Juscelino Kubitschek correu o país inteiro procurando atenuar os antecedentes rurais tão acintosos no PSD.

Em compensação, JK melhor que ninguém adubou a *plantinha tenra* que tanta preocupação e cuidado despertou no botânico Otavio Mangabeira. Não há mesmo jeito de democracia pegar de galho. Na mudança de Kubitschek para o Catete o vaso quase quebrou. Mas depois a *plantinha* ficou novamente viçosa e deu a impressão de que ia apurmar.

Resistiu ao vendaval janista de 60 — que touxe (e acabou levando) Jânio Quadros e, de quebra, o fazendeiro e latifundiário João Goulart. Destino essencialmente agrícola, um sairia por vontade inesperada mas própria, o outro por vontade alheia mas previsível.

Agonizou e morreu a *plantinha tenra*. E uma nova retórica política foi derrubando todas as árvores do bosque constitucional. Em lugar de uma planta, a

democracia se tornou um projeto — e disso não passou. A situação por esse lado só melhorou quando, no país essencialmente agrícola, o Presidente João Figueiredo incumbiu o Ministro Delfim Neto de mandar plantar: ele garantiria.

Desde Pero Vaz se diz que a terra é de tal forma boa que, nela se plantando, tudo dá. Menos, obviamente, aquela *plantinha* tenra que não pega de galho.

Mas a mesma visão agrícola de repente é capaz de mandar industrial ou fazendeiro, em termos coletivos, a ir plantar batatas por uma compulsão verbal que no passado se explicava: o país reprimia-se no consumo de palavras e a batata tinha livre trânsito. Hoje, é supérflua.

Que país é este? Perguntou um dia Francelino Pereira, muito antes de ser Governador. Por que perguntou? Desejo de saber se o país era essencialmente agrícola ou aparentemente industrial. Não havia quem tivesse condições de saber se éramos país relativamente democrático ou absolutamente ditatorial.

O último Governador essencialmente agrícola de Minas foi Bias Fortes, que a UDN — essencialmente literária — conseguiu derrotar a primeira vez. O trinômio do Governo Bias Fortes seria: latifúndio, monocultura e trabalho escravo. Valia a piada.

Mas vão rareando na retórica política as referências rurais. Que candidato seria capaz de propor-se hoje a construir uma rede de silos e armazéns? A última geração essencialmente agrícola é levada a concluir, a caminho da aposentadoria, que: 1 — foram construídos todos os silos e armazéns prometidos; 2 — ou, comprovadamente, não há necessidade deles. Porque ninguém os vê. Os americanos usam silos para guardar ogivas atômicas que, entre nós, por enquanto têm apenas um canteiro experimental em Angra dos Reis.

A última geração que ouviu falar de um país essencialmente agrícola, e não acreditou, deu-se mal. Econômica e politicamente fez mau negócio. Socialmente nem tanto, porque desde o tempo em que o café tinha tratamento e patente de general, evidentemente honorário, os consumidores de produtos agrícolas são os mesmos que adquirem bens industriais. E quem produz uns também acaba produzindo os outros, por efeito de uma lógica segundo a qual quem produz não tem tempo para consumir. É vice-versa.

Em que momento, este sim — histórico, o Brasil terá deixado de ser essencialmente agrícola para se tornar aparentemente industrial? Talvez no dia em que o Governo extinguiu a Comissão Executiva da Mandioca, que não chegou a Instituto Nacional — como ocorreu com o café, o mate e o cacau. Como a crise do petróleo pode muito bem ter invertido a mão, que agora aponta o caminho de volta à terra — para os que se disponham a trabalhá-la e para mais uma geração que também irá povoá-la abaixo do nível do chão.

A Lavoura Literária

Suplemento comemorativo do 85.º aniversário da Sociedade Nacional de Agricultura
Encarte da edição de Nov/Dez 81 da Revista A Lavoura

Direção e Coordenação

OCTAVIO MELLO ALVARENGA

Editora Assistente

CRISTINA LUCIA NAUFEL BARAN

Programação e Produção Gráfica

JOSE CARLOS MARTINS E

MARCO ANTONIO DE MOURA DIAS

Ilustração

CESAR LOBO

MARCO ANTONIO DE MOURA DIAS

REGINA LEITAO DOS SANTOS COSTA

Composição

Luís Ferreira Jr.

Artes Gráficas e Editora Ltda.

Impressão

Gráfica e Editora Celsus Ltda.



Sociedade Nacional de Agricultura

85 Anos

A Sociedade Nacional de Agricultura — SNA — é uma entidade de utilidade pública, fundada em 16 de janeiro de 1897, que tem por finalidade o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas de interesse dos agricultores, pecuaristas e de agroindústrias.

Ao longo de seus oitenta e cinco anos de existência, a SNA manteve-se como a mais respeitável entidade do setor agropecuário, quer pelo desempenho de múltiplas e variadas atividades a serviço da agricultura, quer por sua participação na formulação política, econômica e social da nação brasileira.

Informação

A Revista *A Lavoura* é o órgão oficial de divulgação da SNA e, sobretudo, de informação da classe agrária. Editada bimestralmente, tem sua distribuição orientada aos sócios da entidade, possuindo oitenta e quatro anos de circulação ininterrupta.

Documentação

A SNA mantém ainda uma biblioteca agrícola atualizada, que é considerada como uma das mais completas, de sua especialidade, no Brasil. Depositária da FAO, dispõe de aproximadamente 30.000 volumes registrados.

Política Agrícola

Colaborar na formulação da política agrária é uma preocupação constante da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura. Para tanto, funcionam regularmente nove comissões técnicas para análise de temas específicos de sua área de atuação e apresentação de propostas a órgãos da administração pública e outras entidades.

Dentro desse mesmo espírito, são promovidos frequentemente seminários, congressos e simpósios, além de cursos de treinamento e atualização.

Ensino

Em área de propriedade da SNA, em zona urbana valorizada no Rio de Janeiro (Avenida Brasil), a entidade mantém a Escola de Horticultura *Wenceslão Bello*, que ministra, regularmente, em três períodos durante o ano, cursos práticos de diversas especialidades.



it's Bemge, uai*



O BEMGE agora está atuando em Nova Iorque. Partindo para a instalação de agências no mercado externo (Londres será a próxima, com inauguração prevista para o início de 1982), implantando o sistema "on line" em suas agências, treinando adequadamente seu corpo de funcionários, estendendo sua rede de agências a todas as capitais brasileiras, ampliando e aperfeiçoando o atendimento à comunidade em mais de 250 agências e 13 Carteiras de Câmbio no Brasil, o BEMGE trabalha em tempo de futuro. Consciente da sua participação no desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Minas



*é o Bemge, uai

Gerais e do País, o BEMGE oferece a seus clientes serviços bancários de categoria internacional. As portas do BEMGE em Nova Iorque estão abertas para você. Very good, very BEMGE. Entre no time que está vencendo. Entre no BEMGE.



The winning team.
O time que está vencendo.

Banco do Estado de Minas Gerais S.A.
645 Fifth Avenue, Olympic Tower, 18th floor.

GOVERNO FRANCELINO PEREIRA

